

SENADO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
CONSULTOR LEGISLATIVO E DE CONSULTOR DE ORÇAMENTOS
EDITAL N.º 1/2001 – SENADO, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

O SENADO FEDERAL, tendo em vista o disposto nos processos números 005690/00-5 e 007096/01-1, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à realização do concurso público destinado a selecionar candidatos para os cargos de Consultor Legislativo e de Consultor de Orçamentos.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público visa ao provimento de vinte e cinco vagas no cargo de Consultor Legislativo e de duas vagas no cargo de Consultor de Orçamentos, e a formação de um cadastro de reserva, durante o prazo de validade do concurso.

1.2 O concurso será regido por este edital e executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB).

1.3 A seleção para os cargos de Consultor Legislativo e de Consultor de Orçamentos, objeto deste edital, será realizada em três etapas, relacionadas a seguir:

a) A primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, compreenderá provas de conhecimentos, mediante aplicação de provas objetivas, a ser realizada nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

b) A segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, compreenderá prova discursiva, a ser realizada na cidade de Brasília/DF.

c) A terceira etapa, de caráter unicamente classificatório, consistirá de avaliação de títulos, a ser realizada nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

2 DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1 CONSULTOR LEGISLATIVO

2.1.1 REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação.

2.1.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: Executar tarefas de consultoria e de assessoramento institucional, de nível superior e especializado, de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, com atenção aos aspectos político-parlamentares; elaborar estudos, notas técnicas e pesquisas para os Senadores e Comissões sobre assuntos de interesse do Senado e do Congresso Nacional, compreendendo a produção escrita de proposições legislativas, emendas, relatórios, pareceres, discursos, revisões de trabalhos e o atendimento a consultas diversas de Senadores; bem como acompanhar o trabalho de comissões técnicas e de inquérito.

2.1.3 ÁREAS E VAGAS:

| NÚMERO DE ÁREAS | ÁREA | NÚMERO DE VAGAS |
|-----------------|--|-----------------|
| 1 | Administração Pública | 1 |
| 2 | Comunicações e Ciência da Informação | 1 |
| 3 | Direito Civil, Processual Civil e Agrário | 1 |
| 4 | Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário | 1 |
| 5 | Direito Econômico e Comercial | 1 |
| 6 | Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário | 2 |
| 7 | Direito do Trabalho e Previdenciário | 1 |
| 8 | Direito Tributário e Financeiro Público | 1 |
| 9 | Economia – Agricultura | 1 |
| 10 | Economia – Desenvolvimento Regional | 1 |
| 11 | Economia – Minas e Energia | 1 |
| 12 | Economia – Política Econômica | 2 |
| 13 | Economia – Sistema Financeiro e Dívida Pública | 1 |

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 14 | Economia do Trabalho e Previdência | 1 |
| 15 | Educação, Cultura e Desporto | 1 |
| 16 | Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia | 1 |
| 17 | Pronunciamentos | 3 |
| 18 | Relações Internacionais e Defesa Nacional | 1 |
| 19 | Saúde | 1 |
| 20 | Sistemas Políticos e Direitos da Cidadania. | 1 |
| 21 | Transportes e Desenvolvimento Urbano | 1 |
| TOTAL | | 25 |

2.1.4 REMUNERAÇÃO: R\$ 5.901,50.

2.1.5 JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais.

2.2 CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

2.2.1 REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação.

2.2.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ATIVIDADES: Executar tarefas de consultoria e de assessoramento institucional de nível superior, de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, especializado em planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle, com atenção aos aspectos político-parlamentares; elaborar estudos, notas técnicas e pesquisas para os Senadores e Comissões sobre assuntos de interesse do Senado e do Congresso Nacional, compreendendo a produção escrita de proposições legislativas, emendas, relatórios, pareceres, discursos, revisões de trabalhos, e o atendimento a consultas diversas de Senadores, bem como acompanhar o trabalho de comissões técnicas e de inquérito.

2.2.3 VAGAS: duas.

2.2.4 REMUNERAÇÃO: R\$ 5.901,50.

2.2.5 JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas destinadas aos cargos/áreas de Consultor Legislativo e de Consultor de Orçamentos, duas serão providas na forma do § 2.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no *Diário Oficial* de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1999.

3.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3 Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem portadores de deficiência, se classificados no concurso, além de figurarem na lista do respectivo cargo/área concorrido, terão seus nomes publicados em lista à parte.

3.4 Os candidatos, quando convocados, deverão submeter-se à perícia médica por Junta Médica Oficial, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência, sobre o grau da deficiência e sobre a capacidade física para o exercício do cargo.

3.4.1 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

3.5 A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6 As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no concurso ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação de cada cargo/área.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

4.1 Ter sido aprovado no concurso.

4.2 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, artigo 12, da Constituição Federal.

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino.

4.5 Comprovar o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo na data da posse.

- 4.6 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data de posse.
- 4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8 Cumprir as determinações deste edital.

5 DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.1 PERÍODO: **De 19 a 30 de novembro de 2001** (exceto sábado, domingo e feriado).

5.2 LOCAIS DE INSCRIÇÃO: Agências da CAIXA listadas no Anexo I deste edital.

Serão aceitas, também, inscrições por PROCURAÇÃO, via POSTAL e via INTERNET, conforme os subitens 5.20, 5.21 e 5.22, respectivamente.

5.3 HORÁRIO: De atendimento bancário.

5.4 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 100,00.

5.5 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

5.5.1 No ato de inscrição, o candidato deverá:

5.5.1.1 Preencher o formulário de inscrição fornecido nos locais de inscrição.

5.5.1.2 Pagar a taxa de inscrição.

5.5.1.3 Apresentar cópia legível, recente e em bom estado de documento de identidade, a qual será retida. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade **original** nos dias e nos locais de realização das provas.

5.5.2 O formulário de inscrição será entregue no local de inscrição, onde será emitido o comprovante de inscrição.

5.6 O candidato realizará as provas objetivas e a avaliação de títulos na cidade em que se inscrever, ressalvado o disposto no subitem 5.6.1 a seguir.

5.6.1 O candidato que desejar realizar as provas objetivas e a avaliação de títulos em cidade diferente daquela em que estiver no momento da inscrição deverá fazer sua inscrição via postal ou via Internet, indicando, na solicitação de inscrição, sua opção de local de provas/avaliação de títulos, dentre as oferecidas neste edital.

5.6.2 Não serão aceitos pedidos de alteração referentes ao local de realização das provas objetivas e da avaliação de títulos nem de opção de cargo ou de área.

5.6.3 O candidato somente poderá efetuar a inscrição para um dos cargos/áreas. Se o candidato se inscrever para mais de um cargo/área, prevalecerá a inscrição de data mais recente.

5.7 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.7.1 Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto e/ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

5.7.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

5.8 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via postal ou via Internet, que os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no presente edital serão apresentados por ocasião da posse.

5.9 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas, a nomeação e a posse do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nas provas ou em documentos apresentados.

5.10 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

5.11 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para investidura no cargo.

5.12 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.13 Caso o cheque utilizado para o pagamento da taxa de inscrição seja devolvido por qualquer motivo, caberá ao CESPE tomar as medidas legais cabíveis.

5.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

5.15 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização das provas.

5.16 Não serão aceitas inscrições via *fax* e/ou correio eletrônico.

5.17 O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via postal ou via Internet quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.).

5.17.1 A candidata que tem necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.17.2 As solicitações de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.17.3 A não-solicitação de recursos especiais no ato de inscrição implica a sua não-concessão no dia de realização das provas.

5.18 As informações prestadas no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via postal ou via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

5.19 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

5.20 DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

5.20.1 Será admitida a inscrição mediante procuração do interessado, acompanhada de cópia legível de documento de identidade do candidato. Esses documentos serão retidos. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

5.20.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

5.20.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

5.21 DA INSCRIÇÃO VIA POSTAL

5.21.1 Será aceita solicitação de inscrição por meio de SEDEX – Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, endereçada ao: **Concurso Público – Senado Federal, Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)**, Campus Universitário Darcy Ribeiro, caixa postal 04521, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70919-970, desde que contenha no envelope:

a) solicitação de inscrição datada e assinada, conforme o modelo definido no Anexo II deste edital;

b) cópia legível de documento de identidade, cujo **original** deverá ser apresentado nos dias e nos locais de realização das provas;

c) cheque nominativo em favor do CESPE, no valor da taxa de inscrição.

5.21.2 Somente serão aceitas as solicitações de inscrição que sejam postadas até o **último** dia do período de inscrição, dia **30 de novembro de 2001**.

5.21.3 Aos candidatos que se inscreverem via postal, será enviado pelo CESPE, também via postal, o comprovante de inscrição.

5.22 DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

5.22.1 Será admitida a inscrição via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/senado>, solicitada no período entre **10 horas do dia 19 de novembro de 2001 e 20 horas do dia 2 de dezembro de 2001**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.22.2 O CESPE não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.22.3 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.22.3.1 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico

<http://www.cespe.unb.br/senado> e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *on-line*.

5.22.3.2 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia subsequente ao término do período de inscrições via Internet, dia **3 de dezembro de 2001**.

5.22.3.3 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.22.4 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, que será feita das seguintes formas:

a) Para pagamentos efetuados por meio de débito em conta-corrente – Comprovação de pagamento pelo Banco do Brasil.

b) Para pagamentos efetuados nas lotéricas por meio do documento de arrecadação – Comprovação de pagamento pela Caixa

c) Para pagamentos efetuados na rede bancária por meio de boleto bancário – Comprovação de pagamento pelos bancos.

5.22.5 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/senado>, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.22.6 O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

5.22.7 Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/senado>.

6 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 Serão aplicadas provas objetivas e provas discursivas, abrangendo os objetos de avaliação – habilidades e conhecimentos – constantes neste edital, e avaliação de títulos, conforme o quadro a seguir.

| QUADRO DE PROVAS | | | | | |
|---|----------|------------------------------|--|-----------------|--------------------------------|
| | | PROVA/TIPO | ÁREA DE CONHECIMENTO | N.º DE QUESTÕES | CARÁTER |
| 1.^a E T A P A | PARTE I | (P ₁) Objetiva | Língua Portuguesa | 10 | ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO |
| | | (P ₂) Objetiva | Conhecimentos Gerais | 14 | |
| | | (P ₃) Objetiva | Direito Constitucional e Direito Administrativo | 10 | |
| | | (P ₄) Objetiva | Administração e Políticas Públicas | 5 | |
| | | (P ₅) Objetiva | Raciocínio Lógico | 7 | |
| | | (P ₆) Objetiva | Língua Inglesa | 4 | |
| | PARTE II | (P ₇) Objetiva | Conhecimentos Específicos | 30 | |
| 2.^a E T A P A | PARTE I | (P ₈) Discursiva | Texto 1 – Dissertação Texto 2 – Resumo Texto 3 – Tradução do Inglês para o Português | – | ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO |
| | | | Texto 4 – Tradução do Espanhol para o Português | – | CLASSIFICATÓRIO |
| | PARTE II | (P ₉) Discursiva | Texto 5 Texto 6 | – | ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO |

| | | | | | |
|-----------------------|----------------------------------|---|---|---|-----------------|
| 3.^a | E T A P A | (P ₁₀) Avaliação de Títulos | - | - | CLASSIFICATÓRIO |
|-----------------------|----------------------------------|---|---|---|-----------------|

6.2 As provas objetivas serão aplicadas nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP e as provas discursivas serão aplicadas na cidade de Brasília/DF.

6.3 As provas objetivas da parte I da 1.^a etapa terão a duração de **4 horas e 30 minutos** e serão aplicadas no dia **2 de fevereiro de 2002**, no turno vespertino. A prova objetiva da parte II da 1.^a etapa terá a duração de **3 horas e 30 minutos** e será aplicada no dia **3 de fevereiro de 2002**, no turno vespertino.

6.3.1 A prova discursiva da parte I da 2.^a etapa terá a duração de **4 horas** e será aplicada no dia **9 de março de 2002**, no turno vespertino. A prova discursiva da parte II da 2.^a etapa terá a duração de **4 horas** e será aplicada no dia **10 de março de 2002**, no turno vespertino.

6.4 Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão publicados no *Diário Oficial*, afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, na data provável de **22 ou 23 de janeiro de 2002**. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização de prova e o comparecimento no horário determinado.

6.4.1 Os locais e os horários de realização das provas discursivas serão publicados no *Diário Oficial* em data a ser oportunamente divulgada.

6.4.1.1 O CESPE enviará, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, informando o local e o horário de realização das provas.

6.4.2 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não-recebida, não desobriga o candidato do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.4.

6.5 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, de locais e de horários de realização provas.

6.6 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição e de documento de identidade **original**.

6.7 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

6.8 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.7 deste edital, será automaticamente excluído do concurso.

6.9 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora do espaço físico predeterminado em edital ou em comunicado.

6.10 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, livros, legislação comentada e/ou anotada, súmulas, livros doutrinários, manuais, e/ou impressos.

6.10.1 Não será permitida, também, no dia de realização das provas a entrada de candidatos portando armas e a utilização de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, *walkman*, receptor, gravador etc.).

6.11 Não haverá segunda chamada para as provas. O não-comparecimento a quaisquer das provas implicará a eliminação automática do candidato, ressalvado o disposto no subitem 6.19.4 deste edital.

6.12 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso da última hora anterior ao horário previsto para o seu término.

6.13 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

- b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- c) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor e/ou *paggers* e/ou que se comunicar com outro candidato;
- d) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas e na folha de rascunho;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.14 Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.

6.15 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

6.16 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

6.17 DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO – PROVAS OBJETIVAS

6.17.1 Cada questão das provas objetivas conterà cinco itens, numerados de 1 a 5, que poderão estar todos certos, todos errados e ainda um(ns) certo(s) e outro(s) errado(s). Os itens se referirão sempre ao mesmo comando, mas serão interdependentes para a atribuição de pontos. A resposta a cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, um campo, de uso facultativo, designado com o código **SR**, cujo significado é “sem resposta”, que servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implica apenação ao candidato.

6.17.2 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em nenhuma hipótese, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

6.17.3 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.17.4 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito segundo o item 3 e/ou subitem 5.17 deste edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

6.18 DA SEGUNDA ETAPA – PROVAS DISCURSIVAS

6.18.1 A provas discursivas compreenderão as seguintes partes:

6.18.2 PRIMEIRA PARTE (Comum a todos os candidatos):

Texto 1: Compreenderá uma dissertação com o mínimo de 45 linhas e o máximo de 60 linhas e valerá 20 pontos;

Texto 2: Compreenderá um resumo com o máximo de 30 linhas e valerá 10 pontos;

Texto 3: Compreenderá uma tradução do Inglês para o Português com o máximo de 60 linhas e valerá 5 pontos;

Texto 4: Compreenderá uma tradução do Espanhol para o Português com o máximo de 60 linhas e valerá 5 pontos.

6.18.3 SEGUNDA PARTE exceto a área de Pronunciamentos (Específica para cada área).

Texto 5: Compreenderá um parecer com o mínimo de 70 linhas e o máximo de 90 linhas e valerá 20 pontos;

Texto 6: Compreenderá uma questão dissertativa com o mínimo de 70 linhas e o máximo de 90 linhas e valerá 20 pontos.

6.18.3.1 SEGUNDA PARTE (área de Pronunciamentos)

Texto 5: Compreenderá um discurso com o mínimo de 70 linhas e o máximo de 90 linhas e valerá 20 pontos;

Texto 6: Compreenderá um discurso com o mínimo de 70 linhas e o máximo de 90 linhas e valerá 20 pontos.

6.18.4 As provas discursivas deverão ser feitas a mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato portador de deficiência, se a deficiência impossibilitar a redação pelo próprio candidato. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

6.18.5 A prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho das folhas de textos definitivos, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação das provas escritas e a conseqüente eliminação do candidato do certame.

6.18.6 As folhas de textos definitivos serão o único documento válido para a avaliação das provas discursivas. As folhas para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

6.19 DA TERCEIRA ETAPA DO CONCURSO – AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

6.19.1 Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados nas provas discursivas.

6.19.2 A avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório, valerá **seis pontos**.

6.19.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, de acordo com edital específico a ser publicado no *Diário Oficial*, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

| QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS | | |
|--|--|---------------------------------|
| TÍTULOS | VALOR DE CADA TÍTULO | VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS |
| a) Título de doutor na área de formação ou área afim. | 1,50 | 1,50 |
| b) Título de mestre na área de formação ou área afim. | 0,50 | 0,50 |
| c) Curso de pós-graduação, em nível de especialização, na área de formação ou área afim, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas. | 0,25 | 0,50 |
| d) Curso de aperfeiçoamento na área de formação ou área afim, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. | 0,15 | 0,30 |
| e) Exercício de atividade profissional de nível superior, não-cumulativa com outras quaisquer no mesmo período, na Administração Pública ou Privada, em cargos especializados na área de formação. Para efeito de pontuação, não será considerada fração de ano. | 0,30 por ano completo sem sobreposição de tempo | 1,50 |
| f) Livro técnico publicado, de autoria exclusiva do candidato, com no mínimo 150 páginas numeradas. | 0,50 | 1,00 |
| g) Publicações de trabalhos científicos em periódicos internacionais e/ou nacionais, com conselho editorial, em revistas especializadas ou de livros técnicos não-enquadrados no item anterior. | 0,10 | 0,70 |
| TOTAL | | 6,00 |

6.19.4 O candidato que não encaminhar os títulos no prazo estipulado em edital receberá nota zero.

6.19.5 Somente serão aceitos os títulos apresentados nos quais constem o início e o término do período declarado, quando for o caso.

6.19.6 Os comprovantes de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida.

6.19.7 Os documentos em língua estrangeira de cursos realizados somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.19.8 Cada título será considerado uma única vez.

6.19.9 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do subitem 6.19.3 serão desconsiderados.

6.19.10 Em caso de títulos referentes a livros publicados, serão aceitas cópias de boa qualidade. Em todos os casos, é importante que conste claramente o nome do candidato.

6.19.11 Trabalhos publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento, emitido pelo editor ou dirigente do órgão editor, atestando a autoria.

6.19.12 Dissertações/teses de mestrado e de doutorado não serão consideradas como trabalhos publicados para efeito de contagem de pontos.

6.19.13 Os diplomas de graduação, título de mestre ou doutor devem estar devidamente registrados. Não serão aceitas declarações ou atestados de conclusão do curso ou das respectivas disciplinas.

6.19.14 A comprovação de tempo de serviço será feita mediante apresentação de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de declaração do órgão ou empresa ou de certidão de tempo de serviço. Em caso de empresa extinta, apresentar, além de cópia da CTPS, documentação comprobatória da extinção.

6.19.14.1 A comprovação de tempo de serviço, em caso de candidato que tenha experiência profissional no exterior, será feita mediante apresentação de cópia de declaração do órgão ou empresa ou de certidão de tempo de serviço. Esses documentos somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.19.14.2 A comprovação de tempo de serviço deverá ser acompanhada de declaração do empregador referente aos requisitos para o exercício do cargo. Toda declaração de tempo de serviço, bem como a declaração dos requisitos para o exercício do cargo, deverá ser emitida pelo setor de pessoal competente e conter o período de início e término do trabalho realizado.

6.19.15 Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio.

6.19.16 Para a comprovação de títulos, o candidato deverá apresentar ao CESPE relação assinada, com o número de ordem e a denominação dos títulos, de acordo com o modelo a ser fornecido, juntamente com as cópias desses títulos, todas autenticadas em cartório, observando o Quadro de Atribuição de Pontos para a avaliação de títulos.

6.19.17 Deverá ser entregue apenas uma única cópia autenticada em cartório de cada título apresentado, a qual não será devolvida em hipótese alguma.

6.19.18 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1.1 Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.

7.1.2 O cálculo, comum às provas de todos os candidatos, do resultado de cada questão (RQ) das provas objetivas será igual ao número $(C - D)/5$, em que C é o número de itens marcados na folha de respostas concordantes com os gabaritos oficiais definitivos e D é o número de itens marcados na folha de respostas discordantes dos gabaritos oficiais definitivos. RQ tem, portanto, valor máximo de +1 (mais um) ponto e mínimo de -1 (menos um) ponto.

7.1.3 Deixar em branco um item não acarretará concordância nem discordância.

7.1.4 Cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme equação anterior.

7.1.5 A nota do candidato em cada prova objetiva (NP_i) será a soma algébrica dos respectivos resultados de questões (RQs).

7.1.6 Será desclassificado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens abaixo:

a) obtiver nota inferior a 20% dos pontos possíveis em P_2 ;

b) obtiver nota inferior a 10% dos pontos possíveis em qualquer uma das seguintes provas: P_1, P_3, P_4, P_5 e P_6 ;

c) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis no conjunto das provas objetivas da primeira parte;

d) obtiver nota inferior a 30% dos pontos possíveis em P_7 .

7.1.7 Para os candidatos não-enquadrados no subitem 7.1.6, será calculada a nota final nas provas objetivas ($NFPO$) pela soma algébrica das notas das provas objetivas (NP_i).

7.1.8 Os candidatos não-eliminados segundo os critérios definidos no subitem 7.1.6 serão ordenados por área, ou por cargo, no caso de Consultor de Orçamentos de acordo com os valores decrescentes das notas finais nas provas objetivas (NFPO).

7.1.9 Com base na lista organizada na forma do subitem anterior, serão convocados para as provas discursivas os candidatos classificados até a posição calculada pela seguinte fórmula: $P = NV \times 20$, em que P é a posição do último candidato a ser convocado para a prova discursiva avaliada e NV é o número de vagas por área, ou por cargo, no caso de Consultor de Orçamentos, respeitados os empates na última colocação.

7.1.10 Serão eliminados os candidatos que não forem convocados para a prova discursiva, de acordo com o subitem 7.1.9

7.2 DAS PROVAS DISCURSIVAS

7.2.1 Em cada texto das provas discursivas, após análise do texto pela banca examinadora, será feito o preenchimento de planilhas para cada candidato, com as informações relativas à avaliação. Será, então, realizada a leitura de planilhas, por processo óptico/eletrônico, e calculada, por computador, a nota no texto (NT_i).

7.2.1.1 Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá $NT_i = \text{ZERO}$.

7.2.2 A avaliação de cada texto será feita da seguinte forma:

7.2.2.1 PARA O TEXTO 1:

a) A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC_1), limitada a vinte pontos.

b) A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE_1) do candidato, considerando-se aspectos tais como: acentuação, grafia, pontuação, concordância, regência, morfossintaxe, propriedade vocabular, translineação etc.

c) Será exigido o mínimo de 45 linhas e computado o número total de linhas (TL_1) efetivamente escritas pelo candidato. Se $TL_1 < 45$, será acrescida ao NE_1 a quantidade de erros igual à diferença $45 - TL_1$.

d) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de sessenta linhas.

e) Será calculada, então, para cada candidato, a nota no texto 1 (NT_1) pela fórmula: $NT_1 = NC_1 - 12 \times NE_1 / TL_1$.

f) Se $NT_1 < \text{zero}$, então, considerar-se-á $NT_1 = \text{zero}$.

g) Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NT_1 < 10,00$ pontos.

7.2.2.2 PARA O TEXTO 2:

a) A capacidade de compreensão, de síntese e de redação frente ao texto apresentado, a percepção de idéias essenciais do texto e de sua progressão e seu encadeamento totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC_2), limitada a dez pontos.

b) A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE_2) do candidato, considerando-se aspectos tais como: acentuação, grafia, pontuação, concordância, regência, morfossintaxe, propriedade vocabular, translineação etc.

c) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou ultrapassar a extensão máxima de trinta linhas.

d) Será calculada, então, para cada candidato, a nota no texto 2 (NT_2) pela fórmula: $NT_2 = NC_2 - (NE_2/3)$.

e) Se $NT_2 < \text{zero}$, então, considerar-se-á $NT_2 = 0$.

f) Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NT_2 < 5,00$ pontos.

7.2.2.3 PARA OS TEXTOS 3 E 4:

a) A avaliação de cada texto totalizará o número de erros (NE_i) do candidato, considerando-se aspectos gramaticais, sintáticos e semânticos da Língua Portuguesa, bem como a correta tradução dos textos em língua estrangeira para a Língua Portuguesa.

b) Será calculada, então, para cada candidato, a nota em cada um dos textos 3 e 4 pela fórmula: $NT_i = 5,0 - (NE_i/8)$.

c) Se $NT_i < \text{zero}$, então, considerar-se-á $NT_i = \text{zero}$.

d) Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NT_3 < 2,50$ pontos.

e) A nota NT_4 terá caráter apenas classificatório.

7.2.2.4 PARA OS TEXTOS 5 E 6:

- a) A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC_i), limitada a vinte pontos, em cada texto.
- b) A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE_i) do candidato, considerando-se aspectos tais como: acentuação, grafia, pontuação, concordância, regência, morfosintaxe, propriedade vocabular, translineação etc.
- c) Será exigido o mínimo de 70 linhas e computado o número total de linhas (TL_i) efetivamente escritas pelo candidato. Se $TL_i < 70$, será acrescida ao NE_i a quantidade de erros igual à diferença $70 - TL_i$.
- d) Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de sessenta linhas.
- e) Será calculada, então, para cada candidato, a nota em cada um dos textos 5 e 6 (NT_i) pela fórmula:
 $NT_i = NC_i - 12 \times NE_i / TL_i$.
- f) Se $NT_i < zero$, então considerar-se-á $NT_i = zero$.
- g) Será eliminado do concurso público o candidato que obtiver $NT_i < 10,00$ pontos.

7.3 Para os candidatos não-enquadrados nas alíneas “g” do subitem 7.2.2.1, “f” do subitem 7.2.2.2, “d” do subitem 7.2.2.3 ou “g” do subitem 7.2.2.4, será calculada a nota final nas provas discursivas ($NFPD$) pela soma algébrica das notas nos textos das provas discursivas (NT_i).

7.4 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

7.4.1 Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados nas provas discursivas.

7.4.2 A avaliação de títulos terá caráter apenas classificatório.

7.4.3 A nota na avaliação de títulos ($NTIT$), calculada conforme o subitem 6.19.3, variará de zero a seis pontos.

7.4.4 O candidato que não encaminhar os títulos no prazo estipulado em edital receberá nota zero.

8 DA NOTA FINAL NO CONCURSO

8.1 A nota final no concurso (NFC) será calculada pela seguinte fórmula:
 $NFC = NFPO + (NFPD/2) + NTIT$.

8.2 Os candidatos serão ordenados em listas específicas, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, para o cargo de Consultor de Orçamentos e, por área, para o cargo de Consultor Legislativo.

8.2.1 Os candidatos que, no ato de inscrição, se declararam portadores de deficiência serão classificados no concurso público em lista à parte, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, independentemente de cargo/área.

8.2.1.1 As vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência serão destinadas aos dois candidatos melhores classificados na lista citada anteriormente.

8.2.1.2 No caso de empate, terá preferência o candidato que possuir melhor nota no somatório das provas comuns a todos cargos/áreas. Prevalecendo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

9 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) obtiver maior nota na segunda parte das provas discursivas;
- b) obtiver maior $NFPD$;
- c) obtiver a maior nota em P_7 ;
- d) obtiver a maior nota em P_2 ;
- e) obtiver a maior nota em P_1 ;
- f) obtiver a maior nota em P_3 ;
- g) obtiver a maior nota em P_5 ;
- h) obtiver a maior nota em P_4 .

9.2 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

9.3 Todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

10 DOS RECURSOS

10.1 Os gabaritos oficiais das provas objetivas serão afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, em data a ser determinada no caderno de provas.

10.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais das provas objetivas disporá de até dois dias, a contar do dia subsequente ao da divulgação dos gabaritos oficiais.

10.3 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pelo CESPE e serão devolvidos aos candidatos recorrentes em datas e em locais a serem oportunamente divulgados.

10.4 Não será aceito recurso via postal, via *fax* ou via correio eletrônico.

10.5 O candidato deverá entregar três conjuntos idênticos de recurso(s) (original e duas cópias), sendo que cada conjunto deverá ter todos os recursos e apenas uma capa.

10.6 Cada conjunto de recurso(s) deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

a) folhas separadas para questões/itens diferentes;

b) em cada folha, indicação do número da questão e do item, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pelo CESPE;

c) para cada questão/item, argumentação lógica e consistente;

d) capa única constando o nome, o número de inscrição e a assinatura do candidato;

e) sem identificação do candidato no corpo dos recursos;

f) recursos datilografados ou digitados em formulário próprio, de acordo com o modelo definido no Anexo III deste edital, sob pena de serem preliminarmente indeferidos.

10.7 Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

10.8 Se do exame de recursos resultar anulação de questão(ões) ou de item(ns) de questão, a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) e/ou item(ns) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com os gabaritos oficiais definitivos. Em hipótese alguma o quantitativo de questões/itens de cada uma das provas objetivas sofrerá alterações.

10.9 A forma de interposição de recurso contra os resultados provisórios das provas discursivas e da avaliação de títulos será disciplinada oportunamente.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os candidatos poderão obter informações referentes ao concurso público na Gerência de Atendimento do CESPE, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 448-0100, observado o subitem 6.5 deste edital, e por meio da Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

11.2 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros editais a serem publicados.

11.3 O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem publicados no *Diário Oficial*, afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

11.4 A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do concurso, o Senado Federal reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o limite de vagas existente.

11.4.1 O candidato aprovado exercerá as atribuições do seu cargo somente no Senado Federal, em Brasília/DF.

11.5 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após dois anos a contar da data de publicação de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério do Senado Federal.

11.6 As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e em todos os procedimentos do concurso público correrão à conta do candidato, que não terá direito a alojamento, a alimentação, a transporte e/ou a ressarcimento de despesas.

11.7 Os editais relativos ao concurso público serão publicados no *Diário Oficial*, afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

11.8 O resultado final no concurso será homologado pelo Senado Federal, publicado no *Diário Oficial* e divulgado na forma prevista no item anterior.

11.9 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE, enquanto estiver participando do concurso, e no Senado Federal se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

11.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo CESPE, juntamente com Senado Federal.

11.11 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

12 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO – HABILIDADES E CONHECIMENTOS

12.1 As provas avaliarão habilidades mentais que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

12.2 CONHECIMENTOS

12.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades mentais, conhecimentos, conforme descrito a seguir.

PRIMEIRA ETAPA: PARTE I

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão, interpretação e reescritura de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas e discursivas: 1 Tipologia textual. 2 Paráfrase, perífrase, síntese e resumo. 3 Significação literal e contextual de vocábulos. 4 Processos coesivos de referência. 5 Coordenação e subordinação. 6 Emprego das classes de palavras. 7 Estrutura, formação e representação das palavras. 8 Ortografia oficial. 9 Pontuação. 10 Concordância. 11 Regência.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1 Fundamentos históricos do Brasil e do mundo contemporâneo. 1.1 Revolução Industrial, imperialismo e globalização. 1.2 Sistema mundial de poder: Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade e o cenário pós-guerra fria. 1.3 A Era do Conhecimento: o século XX, a urbanização da sociedade e a cultura de massas. 1.4 A modernização brasileira: implantação da República, revolução de 1930, industrialização, urbanização e a ruptura institucional de 1964. 1.5 Brasil contemporâneo: o regime militar e a redemocratização. 2 Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Conhecimentos relativos às normas constitucionais. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais 1.3 Organização do Estado. 1.4 Organização dos poderes do Estado. 1.5 Poder Legislativo. 1.6 Tributação e orçamento. 1.7 Ordem econômica e financeira. 1.8 Ordem social. 2 Direito administrativo. 2.1 Ato administrativo. 2.2 Controle da administração pública. 2.3 Contrato administrativo. 2.4 Agentes administrativos. 2.5 Poderes da administração. 2.6 Princípios básicos da administração. 2.7 Serviços públicos. 2.8 Lei n.º 8.666, de 1993, e respectivas atualizações. 2.9 Lei n.º 8.112, de 1990, e respectivas atualizações.

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: 1 Formas históricas de administração pública, patrimonialismo, administração burocrática racional-legal. 2 O paradigma pós-burocrático, administração pública gerencial, a nova administração pública. 3 Evolução da administração pública no Brasil e reformas administrativas: dimensões estruturais e culturais. 4 Organização administrativa. 5 Controles interno e externo da administração pública. 6 Agências reguladoras. 7 Distribuição de competências entre as esferas do governo. 8 Desigualdades regionais. 9 Responsabilidade fiscal. 10 Planejamento e ação governamental.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1 Uso da linguagem natural. 1.1 Formas de discurso. 1.2 Falácias de ambigüidade. 1.3 Proposições categóricas. 1.4 Silogismos categóricos. 1.5 Diagramas de Venn para teste de silogismos. 1.6 Argumentos silogísticos nas linguagens naturais. 1.7 Sofismas. 2 Lógica proposicional. 2.1 Linguagem da lógica proposicional. 2.2 Dedução na lógica proposicional. 2.3 Formas de enunciado, de raciocínio e de argumentos. 2.4 Paradoxos da implicação. 3 Lógica de 1.ª ordem. 3.1 Linguagem da lógica de 1.ª ordem. 3.2 Dedução na lógica de 1.ª ordem. 4 Conceitos básicos de matemática. 4.1 Números inteiros, racionais e reais. 4.2 Sistema legal de medidas. 4.3 Razões e proporções. 4.4 Regras de três simples e compostas. 4.5 Porcentagens. 4.6 Equações e inequações de 1.º e de 2.º graus. 4.7 Funções e gráficos. 4.8 Seqüências numéricas. 4.9 Progressões aritméticas e geométricas. 4.10 Juros simples e compostos. 5 Conceitos básicos de probabilidade e estatística.

LÍNGUA INGLESA: 1 Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

PRIMEIRA ETAPA: PARTE II e SEGUNDA ETAPA: PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA 1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 1 Teorias. 1.1 Teorias organizacionais: principais escolas. 1.2 Abordagens contemporâneas de gestão: qualidade, aprendizado etc. 1.3 Neoinstitucionalismo econômico: *rational choice*, *public choice*, *principal-agent*, *transaction cost* etc. 1.4 Institucionalismo sociológico: burocracia e suas disfunções. 1.5 *New public management*: princípios, teorias subjacentes e experiências paradigmáticas. 2 Evolução da administração pública no Brasil: noções desde a década de 1930. 2.1 A experiência do DASP. 2.2 A reforma da administração na década de 1960: Decreto-lei n.º 200, de 1967, e outros instrumentos. 2.3 A experiência do Estado investidor da década de 1970. 2.4 A função planejamento nas décadas de 1960 e 1970: Plano de Metas, Plano Trienal, PAEG, Planos Nacionais de Desenvolvimento. 2.5 A visão dominante econômica dos planos da década de 1980 em contraponto com os antecedentes. 2.6 A crise do Estado. 3 Modelo constitucional de Estado: federalismo, forma e sistema de governo, estrutura e funcionamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. 4 Privatização no Brasil: causas, conseqüências e impacto sobre a administração pública. 5 Modelos de privatização: a experiência internacional. 6 A reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso: diagnóstico, objetivos, instrumentos e conseqüências. 7 Interação da reforma administrativa com a reforma da previdência. 8 O modelo das agências reguladoras. 9 Concessões públicas. 10 Perfil atual dos gastos públicos e o impacto destes na sociedade. 11 Centralização administrativa *versus* descentralização: prós e contras. 12 Reforma administrativa além do Poder Executivo: a reforma do Judiciário e seu impacto na gestão pública. 13 Gestão estatal: compras públicas e eficiência econômico-social. 14 Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Complementar n.º 101 de 2000. 15 Endividamento público: impactos na gestão pública. 16 Noções de ética no serviço público. 17 Administração de pessoal no serviço público: regime jurídico único dos servidores públicos. 18 Programas internacionais do BIRD e BID de estímulo à modernização administrativa. 19 Tendências da administração pública. 20 Controles do Poder Legislativo sobre a administração pública. 21 Iniciativas legislativas sobre a administração pública. 22 Competências do Senado Federal. 23 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 24 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 25 Temas emergentes em gestão pública: governo eletrônico, globalização e o futuro dos Estados, Estado-rede, revitalização da sociedade civil.

ÁREA 2 - COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: 1 Comunicação. 1.1 A comunicação na ordem constitucional. 1.2 Política de Comunicação no Brasil. 1.3 História da comunicação no Brasil. 1.4 Evolução histórica da legislação pertinente. 1.5 Política de radiodifusão. 1.6 Regime jurídico da radiodifusão. 1.7 Legislação comparada: regulação na Europa e nos Estados Unidos. 1.8 Radiodifusão comercial. 1.9 Radiodifusão estatal. 1.10 Radiodifusão educativa. 1.11 Radiodifusão comunitária. 1.12 TV por Assinatura: MMDS, Satélite, DTH, TV a Cabo. 2 Informática. 2.1 A Lei de Informática Brasileira. 2.2 Rede mundial de computadores (Internet) e sua legislação no Brasil. 2.3 Crimes na Internet. 2.3.1 Legislação comparada internacional (história): EUA, França e Itália. 2.4 Políticas de informação pública. 2.5 Ciência da informação. 2.6 Serviços de informação no Brasil - públicos e privados, sua evolução e legislação. 2.7 Sigilo e segurança nos serviços de informação. 2.7.1 Privacidade e direitos da pessoa nos sistemas de coleta, armazenamento e disseminação de informações. 2.8 *Habeas data*. 2.9 Código de Defesa do Consumidor. 2.10 Lei do Número Único de Registro Civil. 2.11 Bancos públicos e privados de dados com informações pessoais. 2.12 Comércio eletrônico. 3 Telecomunicações. 3.1 Política nacional de telecomunicações. 3.1.1 Desestatização do Sistema Telebrás. 3.1.2 A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL): criação, regulamento, atribuições e competências. 3.1.3 Plano geral de outorgas, plano de metas de qualidade e plano de metas de universalização. 3.2 Direito no âmbito das telecomunicações. 3.2.1 A legislação internacional e brasileira. 3.2.2 O Código Brasileiro de Telecomunicações de 1961, a Lei Mínima de 1996 e a Lei Geral de 1997. 3.2.3 Regulamento do serviço móvel celular e do serviço telefônico fixo comutado. 3.3 Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST) e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). 3.4 Concessão e permissão da prestação de serviços públicos. 3.4.1 Legislação referente à

outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para a execução de serviços de telecomunicações.

ÁREA 3 - DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL e AGRÁRIO: I DIREITO CIVIL: 1 Das pessoas naturais e jurídicas. 1.1 Capacidade, domicílio, registro. 1.2 Bens: conceito e classificação. 2 Dos fatos e atos jurídicos. 2.1 Forma, prova, modalidades, defeitos, nulidade, anulabilidade, inexistência, ineficácia e consequência. 2.2 Dos atos ilícitos. 2.3 Da prescrição. 3 Casamento. 3.1 Classificação, habilitação, requisitos formais, impedimentos, forma, prova, anulação, efeitos jurídicos e regime de bens. 3.2 Separação e divórcio. 3.3 União estável: caracterização, efeitos alimentícios e sucessórios, dissolução. 4 Das relações de parentesco. 4.1 Da tutela, da curatela e da ausência. 5 Registros públicos. 5.1 Registro civil das pessoas jurídicas e físicas. 5.2 Registro de títulos e documentos. 5.3 Registros facultativos e obrigatórios de imóveis. 5.4 Posse e propriedade: conceito, classificação, aquisição, perda, proteção e efeitos. 5.5 Direitos de vizinhança. 6 Dos direitos reais sobre coisas alheias. 6.1 Hipoteca, penhor, usufruto e servidões. 6.2 Condomínios predial e não-predial. 7 Das modalidades das obrigações. 7.1 Dos efeitos das obrigações. 7.2 Da cessão de crédito. 8 Dos contratos. 8.1 Generalidades, elementos e efeitos dos contratos. 8.2 Teoria da imprevisão e revisão contratual. 8.3 Da compra e venda. 8.4 Da doação. 8.5 Da locação. 8.6 Do empréstimo. 8.7 Do depósito. 8.8 Do mandato e da fiança. 9 Sucessão: disposições gerais, ordem de vocação hereditária, capacidade sucessória, direito de representação, transmissão da herança, herança jacente, aceitação e renúncia da herança, capacidade para testar, parte disponível, legados e codicilo, deserdação, substituição, sonegados, indignidade, colação, pagamento das dívidas e garantias, partilha e sobrepartilha. 10 Responsabilidade civil do Estado e do particular. 11 Direitos do consumidor. 11.1 Dos direitos básicos do consumidor. 11.2 Teoria da imprevisão. 11.3 Reparação dos danos patrimoniais e morais. 11.4 Inversão do ônus da prova. 12 Deveres do fornecedor. 12.1 Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira. 12.2 Teoria da responsabilidade civil objetiva do fornecedor por defeitos do produto e da prestação de serviços: acidentes de consumo. 12.3 Responsabilidade do fornecedor pelos atos de seus prepostos e ou representantes autônomos. 13 Da publicidade e propaganda. 13.1 Princípios. 13.2 Publicidade enganosa e abusiva. 13.3 Publicidade enganosa por omissão. 13.4 Das práticas abusivas. 13.5 Responsabilidade pessoal dos profissionais liberais. 14 Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. 14.1 Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. 14.2 Responsabilidade objetiva, responsabilidade solidária e direito de regresso. 14.3 Excludentes do dever de indenizar. II DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Da jurisdição: modalidades, poderes, princípios e órgãos. 2 Da ação: natureza jurídica, condições, classificação. 3 Da competência: territorial, objetiva e funcional. 3.1 Modificação e conflito. 3.2 Conexão e continência. 3.3 Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. 3.4 Pressupostos processuais e tipos de procedimentos. 3.5 Prazos: classificação, princípios, contagem, preclusão e prescrição. 4 Sujeitos do processo. 4.1 Das partes e dos procuradores. 4.2 Do Juiz, do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. 4.3 Dos atos processuais. 5 Petição inicial. 5.1 Requisitos. 5.2 Pedidos: espécies, modificação e cumulação. 5.3 Causa de pedir. 5.4 Despacho liminar: objeto, natureza e conteúdo – positivo ou negativo. 5.5 Da citação. 5.6 Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. 5.7 Revelia. 5.8 Direitos indisponíveis. 5.9 Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. 5.10 Antecipação de tutela. 6 Prova. 6.1 Modalidades, princípios gerais, objeto, ônus e procedimentos. 6.2 Da audiência. 6.3 Da sentença: requisitos e publicação. 6.4 Da coisa julgada: limites objetivos e subjetivos, coisa julgada formal e coisa julgada material. 7 Recursos. 7.1 Fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos e juízo de mérito. 7.2 Apelação. 7.3 Agravo de instrumento. 7.4 Embargos infringentes, de divergência e de declaração. 7.5 Recurso especial. 7.6 Recurso extraordinário. 7.7 Ação rescisória. 7.8 Nulidades. 8 Processo de execução. 8.1 Pressupostos e princípios informativos. 8.2 Espécies de execução. 8.3 Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. 8.4 Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. 8.5 Execução fiscal. 8.6 Execução contra a Fazenda Pública. 9 Processo e ação cautelares. 9.1 Procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. 9.2 Normas e procedimentos dos juizados especiais cíveis. 10 Da ação de usucapião de terras particulares. 10.1 Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. 10.2 Mandado de segurança. 10.3 Ação monitória. III DIREITO AGRÁRIO: 1 Direito Agrário e política rural. 1.1 Teoria geral do Direito Agrário. 1.2 Formação histórica do Direito Agrário no Brasil. 2 O Estatuto da Terra. 2.1 Normas gerais de Direito Agrário. 2.2 Legislação e doutrina agrária. 3 Programa Nacional de Reforma Agrária. 3.1 Execução e

administração da Reforma Agrária. 3.2 Desapropriação de terras para fins de reforma agrária. 3.3 Títulos da Dívida Agrária. 4 Histórico e situação da propriedade territorial rural no Brasil. 5 Bens públicos dominiais. 5.1 Alienação e concessão de terras públicas. 6 Regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação. 6.1 Discriminação administrativa e judicial de terras. 6.2 Arrecadação de imóvel abandonado. 6.3 Legitimação de posse. 6.4 Usucapião especial. 7 Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira. 8 Colonização oficial e particular. 8.1 Empresa rural. 8.2 Módulo e fração mínima de parcelamento. 8.3 Indivisibilidade. 9 Sistema nacional de crédito rural. 9.1 Títulos de crédito rural. 10 Organização da vida rural: associativismo, cooperativismo e sindicalismo rural. 10.1 Política nacional de cooperativismo. 11 Regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. 11.1 Demarcação das terras das comunidades indígenas. 12 Imóvel rural: conceito e classificação. 13 Usucapião constitucional rural (art. 191 da CF e Lei n.º 6.969, de 1981). 14 Imposto Territorial Rural. 15 Contratos agrários.

ÁREA 4 - DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, ELEITORAL e PARTIDÁRIO:

I DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Pluralismo ideológico, sociedade democrática e estado de direito. Do Estado liberal ao Estado social e intervencionista. 2 Constitucionalismo e Constituição. Direito Constitucional. 3 Poder Constituinte. Poder de emenda, reforma e revisão constitucionais. Assembléia Nacional Constituinte e sua convocação. 4 Hermenêutica constitucional. 5 Estrutura e hierarquia do ordenamento jurídico. A ordem constitucional vigente. 6 Constituição: conceito, objeto e classificações. 6.1 Supremacia da Constituição. 6.2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 6.3 Interpretação das normas constitucionais. 7 Dos princípios fundamentais. 7.1 Dos direitos e garantias fundamentais. 7.2 Dos direitos e deveres individuais e coletivos. 7.3 Dos direitos políticos. 7.4 Dos partidos políticos. 8 Da organização do Estado. 8.1 Da organização político-administrativa. 8.2 Da união. 8.3 Dos estados federados. 8.4 Dos Municípios. 8.5 Da intervenção do Estado no Município. 8.6 Da administração pública. 8.7 Disposições gerais. 8.8 Dos servidores públicos. 9 Da organização dos poderes no Estado. 9.1 Do poder legislativo. 9.2 Do processo legislativo. 9.3 Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 9.4 Do Tribunal de Contas da União. 9.5 Do Poder Executivo. 9.6 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 10 Do Poder Judiciário. 10.1 Disposições gerais. 10.2 Dos tribunais superiores. 10.3 Do Supremo Tribunal Federal. 10.4 Dos tribunais e juizes eleitorais e militares. 10.5 Das funções essenciais à justiça. 10.6 Do Ministério Público e da defensoria. 11 Do controle da constitucionalidade: sistemas. 11.1 Ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade. 11.2 O controle de constitucionalidade das leis municipais. 12 Do sistema tributário nacional. 12.1 Dos princípios gerais. 12.2 Das limitações do poder de tributar. 12.3 Dos impostos da União, dos Estados e dos Municípios. 12.4 Da repartição das receitas tributárias. 13 Atribuições privativas do Senado Federal. 13.1 Do funcionamento como órgão judiciário. 13.2 Das escolhas de autoridades. 13.3 Da autorização para empréstimos, operações ou acordos externos. 13.4 Da suspensão da vigência de lei ou decreto inconstitucionais. 13.5 Comparecimento de ministro de Estado perante o Senado ou suas comissões. 14 Comissões Parlamentares de Inquérito (Lei n.º 1.579, de 1952). Requerimento de informações. 15 Crimes de responsabilidade (Lei n.º 1.079, de 1950; Decreto-lei n.º 201, de 1957, *et alii*; Lei n.º 7.106, de 1983). 16 Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na atual Constituição. 17 Mandado de injunção e inconstitucionalidade por omissão. Exame *in abstractu* da constitucionalidade de proposições legislativas: pressupostos constitucionais, legais e regimentais para sua tramitação. 18 A ordem econômica e social na Constituição. 18.1 Intervenção no domínio econômico. 18.2 Monopólio. 18.3 Concessão de serviço público. 18.4 Exploração dos recursos minerais e potenciais energéticos. 18.5 Regiões metropolitanas. 18.6 Direitos constitucionais trabalhistas. **II DIREITO ADMINISTRATIVO:** 1 Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 1.1 Anulação e revogação. 1.2 Prescrição. 1.3 Improbidade administrativa. 1.4 Lei n.º 8.429, de 1992. 2 Controle da administração pública. 2.1 Controles administrativo, legislativo e judiciário. 2.2 Domínio público. 2.3 Bens públicos: classificação, administração e utilização. 2.4 Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. 3 Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução. 3.1 Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades. 3.2 Contratos de concessão de serviços públicos. 4 Agentes administrativos. 4.1 Investidura e exercício da função pública. 4.2 Direitos e deveres dos servidores públicos: regimes jurídicos. 4.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 5 Poderes da administração. 5.1 Poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 5.2

O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 6 Intervenção do Estado na propriedade. 6.1 Desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação provisória e limitação administrativa. 6.2 Direito de construir e seu exercício. 6.3 Loteamento e zoneamento. 6.4 Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. 7 Princípios básicos da administração. 7.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 7.2 Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder: sanções penais e civis. 8 Serviços públicos. 8.1 conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 8.2 Concessão e autorização dos serviços públicos. 9 Organização administrativa: noções gerais. 9.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 9.2 Agências reguladoras. 10 Desapropriação. 10.1 Bens suscetíveis de desapropriação. 10.2 Competência para decretar desapropriação. 10.3 Desapropriação judicial por necessidade ou utilidade pública. 10.4 Indenização e seu conceito legal. 10.5 Caducidade da desapropriação. 10.6 Imissão na posse do imóvel desapropriado. III DIREITO ELEITORAL e PARTIDÁRIO: 1 Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 1965, e respectivas atualizações) 2 Dos órgãos da Justiça Eleitoral. 2.1 Dos Tribunais Regionais Eleitorais. 2.2 Dos juízes eleitorais. 2.3 Das juntas eleitorais: composição e atribuições. 3 Alistamento eleitoral. 3.1 Ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. 3.2 Cancelamento e exclusão do eleitor. 3.3 Domicílio eleitoral. 4 Registro de candidatos. 4.1 Elegibilidade e inelegibilidade. 4.2 Impugnação de registro de candidatos. 5 Da votação. 5.1 Atos preparatórios, início e encerramento. 5.2 Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. 5.3 Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. 6 Dos partidos políticos. 6.1 Lei n.º 9.096 de 1995. 6.1 Do registro e funcionamento partidário. 6.2 Da filiação partidária. 6.3 Das finanças e contabilidade dos partidos: prestação de contas. 6.4 Do acesso gratuito ao rádio e à televisão: propaganda partidária. 7 Da apuração. 7.1 Da abertura e da contagem de votos perante as juntas eleitorais. 7.2 Das impugnações perante as juntas eleitorais. 7.3 Da proclamação e da diplomação dos eleitos. 8 Recursos eleitorais. 8.1 Pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos. 8.2 Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. 8.3 Fiscalização da propaganda eleitoral. 9 Ação de impugnação de mandato eletivo. 9.1 Investigação judicial eleitoral. 9.2 Recurso sobre a diplomação. 10 Crimes eleitorais. 10.1 Conceito, natureza e classificação. 10.2 Tipos previstos na legislação eleitoral. 11 Processo penal eleitoral. 11.1 Investigação criminal eleitoral. 11.2 Ação penal. 11.3 Competência em matéria criminal eleitoral. 11.4 Rito processual penal eleitoral. 11.5 Invalidação e nulidade de atos eleitorais. 11.6 Lei das Eleições (Lei n.º 9.504, de 1997).

ÁREA 5 - DIREITO ECONÔMICO e COMERCIAL: I DIREITO ECONÔMICO: 1 Direito econômico: conceito, objeto e competência legislativa. 1.1 Ordem econômica: princípios constitucionais. 1.2 A livre concorrência. 2 Apropriação privada dos meios de produção. 2.1 Jazidas em lavra ou não. 2.2 Recursos minerais. 2.3 Propriedade. 2.4 Exploração e aproveitamento. 2.5 Autorização e concessão. 2.6 Limites. 2.7 Interesse nacional. 2.8 Intervenção estatal no domínio econômico: competência. 3 O Código de Defesa do Consumidor. 3.1 Princípios especiais estabelecidos na Lei n.º 8.078, de 1990. 3.2 Consumidor: conceito e espécies. 4 Empresas estatais prestadoras de serviços públicos e seu regime jurídico. 5 Liberdade de iniciativa econômica: limitações e condicionamentos. 6 Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL). 6.1 Natureza jurídica. 6.2 Propósitos, princípios e instrumentos. 6.3 Soluções de controvérsias entre Estados-partes. 7 A proteção à saúde e à segurança do consumidor. 7.1 A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto. 7.2 A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo. 8 Atuação estatal na economia em regime de monopólio. 8.1 Empresas estatais exploradoras de atividade econômica e seu regime jurídico. 8.2 Abuso do poder econômico. 8.2.1 Eliminação de concorrência. 8.2.2 Procedimentos administrativos. 8.2.3 Prevenção. 8.2.4 Domínio de mercados. 8.2.5 Aumento arbitrário de preços. 8.2.6 Instrumentos de repressão. 8.2.7 Processo e procedimentos administrativos. 8.2.8 Lei antitruste. 8.2.9 A atuação do Ministério Público Federal perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e perante a Secretaria de Direito Econômico (SDE). 8.2.10 Atribuições do CADE e da SDE. 8.3 Fusão, incorporação, integração e outras formas de concentração de empresas: limites e requisitos. 9 O liberalismo econômico e o Estado intervencionista. 10 Práticas comerciais restritivas. 10.1 Colusão ou acordo de cartelização. 10.2 Cartéis internos. 11 Os deveres do fornecedor. 11.1 A responsabilidade solidária dos causadores do dano. 12 Os direitos do consumidor na prestação de serviços públicos. 13 O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica. 14 Concentração econômica. 14.1 Monopólios privados, oligopólios e trustes. 15 Direito penal econômico. 15.1 Lei da "Lavagem" de Dinheiro (Lei n.º 9.613, de 1998). 15.2 Crimes contra o sistema financeiro. II DIREITO COMERCIAL: 1 A empresa, o empresário e o

estabelecimento comercial. 1.1 Nome comercial. 1.2 Marcas de indústrias, comércio e serviço. 1.3 Expressões e sinais de propaganda. 2 Propriedade industrial e intelectual (Leis n.º 5.772, de 1971, e n.º 9.279, de 1996, e respectivas atualizações). 3 Sociedades comerciais: conceito, ato constitutivo, personalidade jurídica, contrato social, tipos de sociedade de pessoas, direitos e deveres dos sócios, administração e gerência. 4 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. 5 Sociedade por ações. 6 Contratos comerciais: compra e venda mercantil, alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil, concessão e representação comercial, franquias e contratos bancários e cartões de crédito. 7 Comércio eletrônico. 8 Consórcios para aquisição de bens. 9 Direito Bancário, sistema financeiro nacional. 10 Direito Securitário. 11 Títulos de crédito: conceito, características e classificação. 11.1 Letra de câmbio. 11.2 Nota promissória. 11.3 Cheque. 11.4 Duplicata. 11.5 Outros títulos. 12 O Código de Defesa do Consumidor. 12.1 Princípios gerais. 12.2 Campo de aplicação. 12.3 Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço. 12.4 Responsabilidade por vício do produto ou do serviço. 12.5 Desconsideração da personalidade jurídica. 12.6 Inversão do ônus da prova. 12.7 Proteção contratual. 13 Concordata. 13.1 Conceitos e tipos de concordata. 13.2 Concordata preventiva: requisitos, cumprimento e desistência. 13.3 Consequências do não-cumprimento. 14 Falência. 14.1 Caracterização e requerimento. 14.2 Auto-falência. 14.3 Universalidade do Juízo. 14.4 Massa falida. 14.5 Classificação dos créditos na falência. 14.6 Concordata suspensiva. 14.7 Realização do ativo. 14.8 Reabilitação do falido. 15 Intervenção e liquidação extrajudicial.

ÁREA 6 - DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL e PENITENCIÁRIO: I DIREITO PENAL: 1 Da aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 A lei penal no tempo e no espaço. 1.3 O fato típico e seus elementos. 1.4 Relação de causalidade e culpabilidade. 1.5 Superveniência de causa independente. 2 Crime consumado, tentado e impossível. 2.1 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 2.2 Arrependimento posterior. 2.3 Crime doloso, culposo e preterdoloso. 3 Erro de tipo. 3.1 Erro de proibição. 3.2 Erro sobre a pessoa. 3.3 Coação irresistível e obediência hierárquica. 3.4 Causas excludentes da ilicitude. 4 Da imputabilidade penal. 4.1 Do concurso de pessoas. 4.2 Do concurso de crimes. 5 Das penas: espécies, cominação e aplicação. 5.1 Da suspensão condicional da pena. 5.2 Do livramento condicional. 5.3 Efeitos da condenação e da reabilitação. 5.4 Das medidas de segurança. 5.5 Das medidas sócio-educativas (Lei n.º 8.069 de 1990). 6 Da ação penal pública e privada. 6.1 Da extinção da punibilidade. 6.2 Da execução das penas em espécie: penas privativas de liberdade, regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. 7 Dos crimes contra a vida. 7.1 Das lesões corporais. 8 Dos crimes contra a honra. 9 Dos crimes contra a liberdade individual. 10 Dos crimes contra o patrimônio. 11 Dos crimes contra a liberdade sexual. 11.1 Da sedução e da corrupção de menores. 12 Do crime organizado (Lei n.º 9.034, de 1995). 13 Dos crimes contra a fé pública. 14 Dos crimes contra a administração pública. 15 Dos crimes de imprensa. 16 Dos crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898, de 1965). 17 Do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 6.368, de 1976). 18 Dos crimes hediondos (Lei n.º 8.072, de 1990 e Lei n.º 8.930, de 1994). 19 Dos crimes de tortura (Lei n.º 9.455, de 1997). 20 Dos Crimes praticados contra a criança e o adolescente. (Lei n.º 8.069, de 1990). 21 Dos crimes contra as finanças públicas (Lei n.º 10.028, de 2000, que alterou o Código Penal). 22 Dos crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137, de 1990 e Lei n.º 9.249, de 1995). 23 Dos crimes contra o sistema financeiro (Lei n.º 7.492, de 1986 e Lei n.º 9.080, de 1995). 24 Da lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613, de 1998). 25 Dos crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605, de 1998). 26 Do ato infracional. 27 Segurança e defesa interna. 27.1 A doutrina e o direito da segurança nacional. 27.2 Medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. 27.3 Estado de defesa e estado de sítio. 27.4 Intervenção federal nos estados. 27.5 Segurança pública e seus órgãos institucionais. 27.6 Polícia federal, marítima, aérea e de fronteiras, rodoviária, ferroviária e portuária. 27.7 Polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar do Distrito Federal. **II DIREITO PROCESSUAL PENAL e PENITENCIÁRIO:** 1 Princípios gerais. 1.1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.2 Sujeitos da relação processual. 1.3 Inquérito policial. 2 Ação penal. 2.1 Condições e pressupostos processuais. 2.2 Ação penal pública. 2.3 Titularidade e condições de procedibilidade. 2.4 Denúncia: forma, conteúdo, recebimento e rejeição. 2.5 Ação penal privada. 2.6 Titularidade. 2.7 Queixa. 2.8 Renúncia. 2.9 Perdão. 2.10 Perempção. 2.11 Ação civil. 3 Jurisdição. 3.1 Competência: critérios de determinação e modificação. 3.2 Incompetência. 3.3 Efeitos. 3.4 Das questões e processos incidentes. 4 Prova. 4.1 Princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais e sistemas de apreciação. 4.2 Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. 4.3 Da

prisão e da liberdade provisória. 5 Das citações e intimações. 5.1 Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 5.2 Dos atos processuais. 5.3 Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 5.4 Dos prazos: características, princípios e contagem. 5.5 Da sentença. 5.5.1 Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. 5.5.2 Sentença absolutória: providências e efeitos. 5.5.3 Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. 5.5.4 Da coisa julgada. 5.6 Procedimento comum. 5.6.1 Procedimento dos juizados especiais criminais (Lei n.º 9.099, de 1995). 5.6.2 Procedimento no júri. 5.7 Das nulidades. 5.7.1 Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. 5.7.2 Da revisão criminal. 5.7.3 Das exceções. 5.8 Do *habeas corpus*. 5.8.1 Do desaforamento. 5.8.2 Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 5.8.3 Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 5.8.4 Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. 6 Interceptação telefônica (Lei n.º 9.296, de 1996). 7 Lei de execução penal (Lei 7.210, de 1984).

ÁREA 7 - DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO: I DIREITO DO TRABALHO: 1 Direito do trabalho: definição, fontes. 1.1 Normas constitucionais, legislação consolidada e esparsa. 2 Relação jurídica do trabalho: objeto, elementos, sujeitos, características. 2.1 Deveres e direitos do empregado e do empregador. 3 Política salarial. 3.1 Legislação salarial e suas modificações recentes. 4 Proteção legal do salário: isonomia, irredutibilidade, intangibilidade, irrenunciabilidade. 4.1 Modos, época, lugar e prova de seu pagamento, equiparação salarial. 5 Caracterização da relação de emprego: importância do assunto e critérios para a caracterização. 6 Sujeitos da relação de emprego. 6.1 O empregado: definição, trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais, temporários, intelectuais e altos empregados. 7 Sujeitos da relação de emprego. 7.1 Conceitos de empregador, empresa e estabelecimento. 7.2 Solidariedade entre empresas. 7.3 Sucessão de empregadores. 8 Contrato de trabalho: definição, denominação, caracteres e morfologia. 9 O contrato de trabalho e os contratos afins. 9.1 Diferença entre contrato de trabalho e locação de serviços. 9.2 Empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. 10 Espécies de contrato de trabalho. 10.1 Contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado. 10.2 Contrato de trabalho individual: renovação e conseqüências. 11 Efeitos do contrato de trabalho. 11.1 Obrigações do empregado. 11.2 Pessoaalidade da prestação do trabalho. 11.3 O poder hierárquico do empregador - diretivo e disciplinar. 12 Remuneração. 12.1 Distinção entre remuneração e salário. 12.2 Caracteres do salário. 12.3 Salário e indenização – adicionais. 12.4 O princípio da igualdade de salário. 12.5 Correção automática e reajustamento de salário. 12.6 Formas de remuneração: classificação. 13 Proteção ao salário: contra os abusos do empregador, contra os credores do empregador e contra os credores do empregado. 14 Duração do trabalho. 14.1 Jornada de trabalho - duração e horário. 14.2 Trabalho extraordinário. 14.3 Trabalho noturno. 14.4 Trabalho em regime de revezamento. 15 Repousos. 15.1 Repouso intrajornadas e interjornadas. 15.2 Repouso semanal e em feriados. 15.3 Férias: natureza jurídica, período aquisitivo e concessão, duração, remuneração simples, dobrada e abono de férias. 16 Alteração do contrato de trabalho. 16.1 Alteração unilateral e bilateral. 16.2 Transferência de função - o *jus variandi*. 16.3 Promoção e rebaixamento. 16.4 Remoção. 17 Suspensão do contrato de trabalho. 17.1 Causas determinantes - espécies e efeitos. 17.2 Suspensão para inquérito. 17.3 Suspensão disciplinar. 18 Terminação do contrato de trabalho. 18.1 Causas. 18.2 Rescisão do contrato por tempo indeterminado e por tempo determinado. 18.3 Rescisão com ou sem justa causa. 18.4 Homologação dos pedidos de demissão e dos recibos de quitação. 19 Aviso prévio. 19.1 Conceito e natureza jurídica. 19.2 Prazos e efeitos. 20 Despedida. 20.1 A declaração de vontade do empregador: sua natureza e elementos. 20.2 A indenização: conceito e fundamento jurídico. 20.3 Justa causa. 20.4 Força maior (*factum principis*). 21 Estabilidade. 21.1 Conceito, requisitos e exceções. 21.2 Despedida de empregado estável. 21.3 Falta grave. 21.4 Readmissão e reintegração. 21.5 Renúncia à estabilidade: homologação. 21.6 A imunidade sindical. 21.7 Despedida obstativa. 22 Fundo de garantia por tempo de serviço: campo de aplicação, conceito e natureza jurídica das contribuições e saques. 23 Acordo e convenção coletiva de trabalho: conceito, natureza jurídica, conteúdos, efeitos, extensão, forma e duração. 24 Sindicatos. 24.1 Natureza jurídica. 24.2 Atribuições e prerrogativas. 24.3 Garantias do exercício do mandato de representação sindical. 24.4 Organização sindical brasileira. 24.5 Sindicalização. 24.6 Autonomia sindical. 24.7 Unidade e pluralidade sindical. 25 A negociação no campo sindical-trabalhista. 25.1 Acordos e convenções coletivas de trabalho. 26 O.I.T. A relação jurídica do trabalho no plano internacional. 27 Direito de greve. 28 Empregados e empregadores rurais. 29 Participação de

trabalhadores nos lucros das empresas. PIS/PASEP. II DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Organização judiciária do trabalho. 1.1 A justiça do trabalho e sua jurisdição. 1.2 Junta de conciliação e julgamento: composição, funcionamento, jurisdição e competência. 1.3 Os juízos do direito. 1.4 Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: funcionamento, jurisdição e competência. 1.5 O Ministério Público do Trabalho. 2 Corregedoria. 2.1 Reclamação correcional. 2.2 Procedimentos nos dissídios individuais: reclamação e inquérito. 3 Audiência de conciliação, instrução e julgamento. 3.1 Revelia, exceções, contestação e reconvenção. 3.2 Partes e procuradores. 3.3 Substituição processual na Justiça do Trabalho. 3.4 Justiça gratuita. 3.5 Homologações. 3.6 Sentença de liquidação e impugnação. 4 Procedimentos nos dissídios coletivos. 4.1 Instauração de instância. 4.2 Conciliação e julgamento. 4.3 Extensão das decisões e revisão. 4.4 Ação de cumprimento. 5 Das provas no processo do trabalho. 5.1 Interrogatórios: confissão e conseqüências. 5.2 Documentos: oportunidade de juntada, incidente de falsidade. 5.3 Prova técnica: sistemática da realização das perícias. 5.4 Testemunhas: compromisso, impedimentos e conseqüências. 5.5 Sentenças individual e coletiva. 5.6 Súmula: enunciados pertinentes. 6 Recursos no processo do trabalho. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Efeitos suspensivo e devolutivo. 6.3 Recursos no processo de cognição. 6.4 Recursos no processo de execução. III DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social. 2 Seguridade Social. 2.1 Origem e evolução legislativa no Brasil. 2.2 Conceituação. 2.3 Organização e princípios constitucionais. 3 Legislação previdenciária. 3.1 Conteúdo, fontes, autonomia. 3.2 Aplicação das normas previdenciárias. 3.2.1 Vigência, hierarquia, interpretação e integração. 3.3 Orientação dos tribunais superiores. 4 Regime Geral de Previdência Social. 4.1 Segurados obrigatórios. 4.2 Filiação e inscrição. 4.3 Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a trabalhador autônomo, trabalhador avulso e segurado especial. 4.4 Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. 4.5 Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 5 Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 6 Financiamento da seguridade social. 6.1 Receitas da União. 6.2 Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes. 6.3 Salário-de-contribuição. 6.3.1 Conceito. 6.3.2 Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. 6.3.3 Limites mínimo e máximo. 6.3.4 Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão. 6.3.5 Proporcionalidade. 6.3.6 Reajustamento. 6.4 Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 6.4.1 Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal. 6.4.2 Obrigações da empresa e demais contribuintes. 6.4.3 Prazo de recolhimento. 6.4.4 Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. 6.4.5 Obrigações acessórias. 7 Exame da contabilidade. 7.1 Prerrogativa do INSS. 7.2 Inscrição de ofício. 7.3 Aferição indireta. 8 Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características. 8.1 Aplicação na construção civil, na cessão de mão-de-obra e em grupo econômico. 9 Notificação fiscal de lançamento de débito. 10 Parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social. 11 Decadência e prescrição. 12 Restituição e compensação de contribuições. 13 Isenção de contribuições: requisitos, manutenção e perda. 14 Matrícula da empresa. 15 Prova de inexistência de débito. 16 Crimes contra a seguridade social. 17 Infrações à legislação previdenciária. 18 Recurso das decisões administrativas. 19 Dívida ativa: inscrição e execução judicial. 20 Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. 21 Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado. 22 Organização e administração dos subsistemas de previdência e assistência social no nível federal: estrutura dos ministérios e órgãos vinculados. 22.1 Principais funções, programas e projetos. 23 A questão do equilíbrio financeiro da Previdência Social. 23.1 Dívida da União. 23.2 Problemas estruturais da Previdência Social. 24 Processo administrativo previdenciário. 25 Acordos externos de previdência social. 26 Previdência privada fechada e aberta: legislação e aspectos administrativos e operacionais. 27 Legislação acidentária. 27.1 Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 28 Previdência Social em perspectiva comparada: os principais modelos de previdência social do mundo ocidental. 29 Exercício profissional e regulamentação. 29.1 Autarquias profissionais.

ÁREA 8 - DIREITO TRIBUTÁRIO e FINANCEIRO PÚBLICO: I DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o poder de tributar. 1.1 Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. 1.2 Imunidade, isenção e não-incidência. 2 Sistema Tributário Nacional. 2.1 Princípios

constitucionais tributários. 2.2 Competência legislativa. 2.3 Limitações da competência tributária. 3 Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. 3.1 Fundos de participação. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Hierarquia das normas. 4.2 Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 4.3 Incidência, não-incidência, imunidade, isenção e diferimento. 5 Legislação tributária. 5.1 Conceitos. 5.2 Lei ordinária e lei complementar. 5.3 Medida provisória. 5.4 Resolução do senado. 5.5 Tratados e convenções internacionais. 5.6 Convênios do CONFAZ. 5.7 Decretos e regulamentos. 5.8 Regras de vigência, aplicação, interpretação e integração. 6 Interpretação e integração da legislação tributária. 7 Obrigação tributária. 7.1 Obrigação principal e acessória. 7.2 Fato gerador. 7.3 Efeitos, conseqüências, validade e invalidade dos atos jurídicos. 7.4 Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 7.5 Solidariedade. 7.6 A imposição tributária e as convenções particulares. 7.7 Capacidade tributária. 7.8 Domicílio tributário. 8 Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 8.1 Responsabilidade supletiva. 8.2 Substituição tributária. 9 Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 9.1 Caráter vinculado da atividade de lançamento. 9.2 Modalidades. 9.3 Garantias e privilégios do crédito tributário. 9.4 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 10 Garantias e privilégios do crédito tributário. 11 Tributos. 11.1 Conceito. 11.2 Natureza jurídica. 11.3 Classificação: impostos, taxas e contribuições de melhoria. 11.4 Contribuições: espécies e natureza jurídica. 11.5 Empréstimos compulsórios. 11.6 Pedágio. 12 Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. 13 Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. 14 Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 15 Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. 16 Certidões negativas. 17 Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. 18 Tributação internacional. 18.1 Acordos para evitar a dupla tributação. 18.2 Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. 19 Incentivos fiscais. 19.1 Legislação. 19.2 Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. 20 Evasão e elisão tributárias. 21 Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. 21.1 Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. 21.2 Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômico e jurídico. 21.3 Finalidades. 22 Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, n° 4.320, de 1964, e suas alterações. 23 Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. 24 Dívida ativa da União, de origem tributária e não-tributária. 24.1 Certidão negativa. 25 Administração tributária. 25.1 Secretaria da Receita Federal. 25.2 Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). 25.3 Fiscalização. 25.4 Arrecadação. 26 Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo. 27 Processo Judicial Tributário. 27.1 Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. 27.2 Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. 27.3 Ações de controle de constitucionalidade: direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade. 27.4 Ação popular. 28 Ilícito tributário. 28.1 Ilícito e sanção. 28.2 Ilícito administrativo tributário. 28.3 Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. 28.4 Sanção administrativa e sanção penal. 28.5 Responsabilidade penal. 28.6 Sanções pessoais e patrimoniais. 29 Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES: Lei n.º 9.317, de 1996). II ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS: 1 Orçamento público: elaboração, acompanhamento, fiscalização, créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. 2 Plano Plurianual: noções gerais. 3 Projeto de lei orçamentária anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. 4 Princípios orçamentários. 5 Diretrizes orçamentárias. 6 Processo orçamentário. 7 Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público: normas legais aplicáveis. 8 Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa. 9 Despesa pública: categorias e estágios. 10 Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. 11 Julgamento e penalidades aos responsáveis.

ÁREA 9 - ECONOMIA – AGRICULTURA:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da “mão invisível”. 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho

econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3 Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 Políticas para a agropecuária e economia agrícola. 5 Noções sobre o funcionamento das principais instituições do setor. 6 Comercialização, incluindo mercados interno e externo, política de preços, bolsas de mercadorias e crédito para a comercialização. 7 Pesquisa, extensão e tecnologia agrícolas. 7.1 Organismos geneticamente modificados. 8 Produção, armazenagem, abastecimento e segurança alimentar. 9 Emprego e renda. 10 Tributação, crédito e seguro rural. 11 Irrigação, drenagem, infra-estrutura rural e fontes alternativas de energia. 12 Estrutura fundiária e reforma agrária. 13 Sanidade animal e vegetal e vigilância sanitária. 14 Cooperativismo e associativismo. 15 Agroindústria. 16 Insumos agropecuários. 17 Políticas de melhoria da produtividade do setor primário. 18 Políticas de uso da água.

ÁREA 10 - ECONOMIA – DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida

interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3 Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 Atual estrutura da concentração industrial brasileira. 5 Políticas públicas de desenvolvimento regional: indústria e agricultura. 6 As experiências do modelo SUDENE-SUDAM-SUDECO. 7 Políticas fiscais localizadas. 8 Instrumentos para o desenvolvimento regional. 9 “Guerra fiscal” entre os entes da federação: instrumentos tributários e não-tributários. 10 Globalização: oportunidade para o desenvolvimento regional. 11 Produtividade econômica das diversas regiões brasileiras. 12 Infra-estrutura e desenvolvimento regional. 13 Fluxos migratórios e seus impactos sobre a economia regional e nacional. 14 Desenvolvimento regional e investimentos sociais. 15 Índices e indicadores de desenvolvimento utilizados no Brasil e no mundo. 16 Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs).

ÁREA 11 - ECONOMIA – MINAS E ENERGIA:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da “mão invisível”. 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos “tigres asiáticos” e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3 Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 Padrão energético brasileiro. 5 Atual estrutura do sistema energético brasileiro. 5.1 Utilização do gás natural e do petróleo na matriz energética brasileira. 5.2 A utilização da hidroeletricidade no Brasil. 6 Evolução histórica da exploração mineral e da produção e uso da energia no Brasil. 7 Modelo de privatização. 8 Agências reguladoras. 9 Leis de regulamentação. 10 Leis de concessão de serviços públicos. 11 Perspectivas futuras. 12 Crise energética e interface com a economia. 13 Políticas alternativas. 14 Definição de tarifas e níveis de investimento. 15 Investimento externo em minas e energia: estrutura, impacto e perspectivas. 16 Impacto do investimento externo no balanço de pagamentos. 17 Produção nacional de petróleo. 18 Definição do preço de petróleo e seu impacto na economia. 19 A dependência energética brasileira - o padrão de uso de recursos energéticos importados no Brasil. 20 A questão estratégica da água.

ÁREA 12 - ECONOMIA – POLÍTICA ECONÔMICA:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da “mão invisível”. 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos “tigres asiáticos” e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3 Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 A abertura dos mercados de bens e financeiros. 5 Oferta agregada e demanda agregada. 6 Inflação, produto e desemprego. 7 Expansão monetária, inflação e taxa de juros. 8 Curva de Phillips. 9 Taxas de câmbio fixas e desvalorizações. 10 Déficit e senhoriagem. 11 Interações entre produto e capital. 12 Capital físico *versus* capital humano. 13 Determinantes do progresso tecnológico. 14 Progresso tecnológico e taxa de crescimento. 15 Restrição orçamentária do governo. 16 Estabilização do produto e o déficit com ajuste cíclico. 17 Volatilidade do consumo e do investimento. 18 Produto de equilíbrio e balança comercial. 19 Tributação: formas de tributação e impactos na receita de variações nestas formas. 20 Impostos e eficiência. 21 Atual sistema tributário. 22 Teoria da escolha pública. 23 Escolha pública e externalidades. 24 Financiamento público. 25 O orçamento público e suas inter-relações. 26 Déficit público: sua conceituação e evolução recente. 27 Padrões de intervenção do Estado no Brasil: política salarial e distributiva. 28 Política cambial e seus reflexos no setor privado. 29 Gasto público: seus aspectos monetários e financeiros. 30 Mercado interno e controle de preços. 31 Formação de monopólios e oligopólios. 32 Defesa do consumidor. 33 Impactos da globalização sobre a gestão das políticas monetárias e cambiais.

ÁREA 13 - ECONOMIA – SISTEMA FINANCEIRO E DÍVIDA PÚBLICA:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da “mão invisível”. 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no

campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3 Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 A estrutura financeira brasileira. 5 A reforma de 1964. 6 Banco Central. 7 O conceito de autoridades monetárias: implicações e críticas. 8 Bancos comerciais. 9 Bancos múltiplos. 10 Bancos estaduais: auge e declínio. 11 Bancos de desenvolvimento: Caixas Econômicas. 12 Sistema Financeiro da Habitação (SFH): instituições, funções e desempenho recente. 13 Sistema Financeiro Imobiliário (SFI): legislação e funcionamento. 14 PROER e PROES. 15 Regime cambial e impacto sobre o sistema financeiro. 16 As conseqüências da globalização sobre o sistema financeiro nacional. 17 Sistemas de consórcio e sorteio. 18 As implicações do sistema de consórcio no mercado de bens de consumo duráveis. 19 Loterias e concursos de prognósticos: destinação do produto de sua arrecadação e legislação pertinente. 20 Sistema de seguros privados e capitalização: administração, instituições, fiscalização e legislação e atos normativos que disciplinam as suas atividades. 21 Mercado financeiro e de capitais. 22 Bolsas de valores. 23 Mercado futuro: importância, estrutura e funcionamento da BM&F. 24 Sistema especial de liquidação e custódia. 25 Comissão de Valores Mobiliários: competência e atribuições. 26 Mercado de títulos públicos. 27 Dívida pública interna e externa. 28 A captação de empréstimos e financiamentos: fontes e mecanismos internos de captação, bem como suas conseqüências.

ÁREA 14 - ECONOMIA – TRABALHO E PREVIDÊNCIA:

1 Noções gerais de teoria econômica. 1.1 Problemas básicos da organização econômica. 1.2 O mecanismo da mercado. 1.3 Análise da oferta e da procura. 1.4 Mercado concorrencial. 1.5 Concorrência imperfeita. 1.6 Monopólio e oligopólio. 1.7 Equilíbrio geral e teoria da "mão invisível". 1.8 Instrumentos de política governamental. 1.9 Objetivos e instrumentos em macroeconomia. 1.10 Medidas do desempenho econômico. 1.11 Consumo e investimento. 1.12 Teoria da procura agregada. 1.13 Modelo básico do multiplicador. 1.14 Modelo IS-LM. 1.15 Economia do lado da oferta. 1.16 Macroeconomia Keynesiana. 1.17 A visão monetarista. 1.18 Expectativas racionais em macroeconomia. 1.19 Orçamento e política fiscal. 1.20 Balanço de pagamentos. 1.21 Fontes de inflação. 1.22 Banco Central e política monetária. 2 Noções gerais de economia brasileira. 2.1 Formação econômica do Brasil. 2.2 Noções acerca da evolução econômica do Brasil antes da crise de 1929. 2.3 Noções acerca da industrialização brasileira da crise de 1929 até a estagnação dos anos 60: conteúdo, instrumentos e importância do esforço de industrialização encetado na vigência do Plano de Metas (1956-1961). 2.4 As "reformas" empreendidas após 1964 no campo econômico. 2.4.1 O crescimento acelerado a partir de 1968: fontes e avaliação. 2.4.2 Os "planos econômicos" dos Governos Sarney e Collor: avaliação e críticas. 2.5 O impacto dos choques do petróleo sobre a economia brasileira. 2.6 O choque dos juros internacionais ao final da década de 1970. 2.7 O Plano Real (1994) e a estabilização monetária. 2.8 Conseqüências da estabilização monetária sobre a estrutura produtiva e o mercado financeiro. 2.9 A dependência do capital financeiro internacional na década de 1990. 2.10 Privatização na década de 1990: reflexos sobre o sistema produtivo. 2.11 A desvalorização de janeiro de 1999 e seus impactos sobre a produção, a renda e o balanço de pagamentos. 2.12 A crise de 1997 dos "tigres asiáticos" e demais países do leste asiático e seus reflexos na economia brasileira. 2.13 As crises da Rússia e da Argentina e seus reflexos na economia brasileira. 2.14 Dívida interna e dívida externa: causas e conseqüências de sua evolução a partir do Plano Real. 2.15 O endividamento externo brasileiro. 2.16 As negociações brasileiras com o FMI e os bancos particulares. 3

Noções gerais acerca de competências privativas. 3.1 Competência do Congresso Nacional quanto a atos relacionados com o endividamento externo brasileiro (CF, art. 49, I). 3.2 Competência e atuação do Senado Federal em matéria de endividamento público: resoluções pertinentes (Resoluções do Senado Federal n.º 78, de 1998, e n.º 96, de 1989). 3.3 Noções sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. 3.4 Resolução do Senado Federal n.º 50, de 1993. 4 Salários e mercado de trabalho. 5 Sindicatos e negociação coletiva: reflexos econômicos. 6 Taxa natural de desemprego. 7 Relações de fixação de salários e de preços *versus* a oferta e demanda de trabalho. 8 A lei de Okun. 9 Rigidez do mercado de trabalho: flexibilização da legislação trabalhista. 10 A evolução do salário mínimo no Brasil: causas e conseqüências. 11 Progresso tecnológico e efeitos distributivos. 12 Produtividade e taxa natural de desemprego. 13 Globalização e efeitos sobre o nível de emprego. 14 Emprego *versus* subemprego. 15 Salário e distribuição de renda. 16 Reforma da previdência no Brasil. 17 Atual sistema previdenciário. 18 Previdência privada *versus* previdência pública. 19 Fundos de pensão. 20 Sistemas de previdência social. 20.1 Repartição e capitalização. 20.2 Efeitos econômicos. 21 Bolsa de valores e mercado acionário.

ÁREA 15 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO: 1 Educação. 1.1 Aspectos filosóficos, históricos e sociológicos da educação. 1.2 Normas federais sobre educação. 1.3 Níveis e modalidades de ensino – estrutura e funcionamento. 1.3.1 Educação infantil. 1.3.2 Ensino fundamental. 1.3.3 Ensino médio. 1.3.4 Educação de jovens e adultos. 1.3.5 Educação superior. 1.3.6 Educação profissional. 1.3.7 Educação especial. 1.3.8 Educação indígena. 1.3.9 Educação a distância. 1.4 Planejamento e estatísticas educacionais. 1.4.1 O Plano Nacional de Educação. 1.5 Políticas de avaliação educacional. 1.6 Financiamento da educação. 1.7 Princípios de educação comparada. 1.8 Educação no contexto da modernidade. 2 Cultura. 2.1 Cultura, bens, valores e patrimônio cultural. 2.1.1 Bens materiais e imateriais. 2.1.2 Formas de expressão cultural. 2.1.3 Desenvolvimento cultural. 2.1.4 Exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. 2.1.5 Multiculturalismo e identidade nacional. 2.1.6 Preservação e proteção de culturas populares. 2.1.7 Promoção do patrimônio cultural brasileiro. 2.1.8 Produção cultural e conhecimento cultural. 2.2 Proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. 2.2.1 Sítios arqueológicos. 2.2.2 Bibliotecas, arquivos e museus. 2.2.3 Tombamento de documentos e sítios históricos. 2.2.4 Danos e ameaças ao patrimônio cultural. 2.2.5 Defesa contra evasão, destruição e descaracterização dos patrimônios histórico, cultural, artístico e científico. 2.2.6 Gestão da documentação governamental. 2.2.7 Patrimônio artístico, científico, histórico, arquitetônico, geográfico, arqueológico, paleontológico e espeleológico. 2.2.8 Cavidades naturais. 2.2.9 Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. 2.2.10 Conjuntos urbanos e sítios. 2.3 Instituições culturais. 2.3.1 Organização administrativa do sistema de cultura. 2.3.2 Política cultural e ações governamentais. 2.3.3 Normas gerais sobre cultura. 2.3.4 Competência legislativa da União, dos Estados e do Distrito Federal. 2.4 Incentivo à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. 2.4.1 Incentivo fiscal às atividades culturais. 2.4.2 Incentivos e apoio à cultura. 2.4.3 Apoio a projetos e atividades culturais. 2.5 Criações artísticas. 2.5.1 Criações científicas, artísticas e tecnológicas. 2.5.2 Manifestações artístico-culturais. 2.5.3 Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais. 2.6 Fomento à atividade audiovisual. 2.6.1 Cinema e desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. 3 Desporto. 3.1 Normas gerais sobre desporto. 3.2 Histórico da legislação desportiva no Brasil. 3.3 O desporto como patrimônio cultural. 3.4 Autonomia desportiva: sentido e alcance. 3.5 Prática desportiva formal e não-formal. 3.6 Manifestações desportivas de criação nacional. 3.7 Olimpismo: movimento olímpico nacional e internacional. 3.8 Desporto educacional. 3.9 Desporto de participação. 3.10 Desporto de rendimento. 3.11 Desporto profissional e não-profissional. 3.12 O Sistema Brasileiro do Desporto: composição e objetivos. 3.13 Financiamento do desporto. 3.14 Justiça desportiva: organização e funcionamento. 3.15 A gestão das associações desportivas profissionais. 3.16 Relação laboral do atleta profissional. 3.17 O atleta profissional e a Previdência Social. 3.18 Direito de arena. 3.19 Espetáculos desportivos e consumidores. 3.20 O desporto e a ordem jurídica internacional. 3.21 Organismos internacionais de desporto. 4 Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios.

ÁREA 16 - MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA: 1 Meio ambiente. 1.1 Arcabouço jurídico e constitucional. 1.1.1 Legislação ambiental brasileira com ênfase no Código Florestal e suas alterações (Lei n.º 4.771, de 1965). 1.1.2 Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938, de 1981). 1.1.3 Lei de Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347, de 1985). 1.1.4 Lei de Biosegurança (Lei n.º 8.974, de

1995). 1.1.5 Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433, de 1997). 1.1.6 Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605, de 1998). 1.1.7 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n.º 9.985, de 2000). 1.1.8 Medida Provisória que regulamenta o acesso a recursos genéticos. 1.2 Panorama institucional. 1.2.1 Atribuições, competências e atuação normativa dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e dos demais órgãos da administração pública federal que atuam na área ambiental – pesca, águas, florestas, diversidade biológica, biotecnologia, mudanças climáticas etc. 1.3 Controle, fiscalização e gestão ambiental. 1.3.1 Licenciamento: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). 1.3.2 Zoneamento ecológico-econômico (ZEE). 1.3.3 Auditoria ambiental. 1.3.4 Princípios de economia ecológica. 1.4 Aspectos técnicos e jurídicos de temas como tratamento e gestão dos resíduos sólidos, padronização e certificação ambiental, planos de manejo florestal, poluição em suas diversas formas e meios, biotecnologia, diversidade biológica, alteração climática global. 1.5 Principais ecossistemas e seus problemas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. 1.6 Questões ambientais brasileiras. 1.6.1 As relações entre a área ambiental e outros setores: agricultura, energia, mineração, indústria, transportes, saneamento, saúde. 1.6.2 Conflitos entre os principais atores e forças no cenário nacional: grupos econômicos, sociedade civil organizada, organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. 1.7 Questões ambientais globais: mudanças climáticas, diversidade biológica, florestas, desertificação, Agenda 21. 1.8 Acordos internacionais: aspectos técnicos e políticos, posições brasileiras e dos principais atores, situação das negociações. 2 Ciência e tecnologia. 2.1 Política nacional de ciência e tecnologia. 2.1.1 Desenvolvimento e organização institucional do setor no Brasil. 2.1.2 Órgãos federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. 2.1.3 Planejamento e gestão em ciência e tecnologia: modelos e paradigmas. 2.1.4 Financiamento da ciência e tecnologia no Brasil: investimentos diretos públicos e privados, incentivos fiscais e fundos setoriais. 2.2 Programas e ações governamentais em energia nuclear, biotecnologia, química e mecânica finas, microeletrônica, pesquisa e tecnologia espaciais, tecnologia industrial, novos materiais e outros setores estratégicos. 2.3 Política de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. 2.4 Programas de apoio à inventividade e à criatividade. 2.4.1 Programas e ações de promoção da inovação tecnológica. 2.4.2 Cooperação universidade-empresa. 2.4.3 Incubadoras de empresas. 2.5 Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia num ambiente de globalização. 2.5.1 Planos nacionais de pós-graduação. 2.5.2 A pesquisa científica em instituições de ensino superior. 2.5.3 Propriedade industrial e intelectual (Leis n.º 5.772, de 1971, e n.º 9.279, de 1996, e respectivas atualizações). 2.6 Economia. 2.6.1 Mecanismos internacionais de transferência de tecnologia. 2.6.2 Investimentos em C&T realizados por países industrializados e por países da América Latina. 2.6.3 Progresso tecnológico e expansão econômica. 2.7 Acordos de cooperação científica e tecnológica com outros países e com organismos internacionais. 2.8 Princípios e conceitos éticos em ciência e tecnologia. 2.9 Desenvolvimento científico e tecnológico na perspectiva de satisfação das necessidades sociais. 3 Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios.

ÁREA 17 - PRONUNCIAMENTOS: 1 Linhas gerais da história mundial e brasileira. 2 Linhas gerais da geografia geral e do Brasil. 3 Aspectos marcantes da agenda contemporânea, tais como: educação, saúde, segurança, comunicação, sociedade da informação, recursos energéticos, recursos agrícolas, economia, divisão internacional do trabalho, relações internacionais, meio ambiente, cultura, ciência, tecnologia e desenvolvimento. 4 Sistema de poder mundial: guerra fria e bipolaridade, o fim da URSS e o novo cenário internacional, multilateralismo, a ONU em um mundo em mudança. 5 Ciência política. 6 Noções fundamentais de Direito: aspectos conceituais, princípios, áreas e terminologia. 7 História das idéias. 8 Literatura brasileira e estrangeira. 8.1 Gêneros literários em prosa e em verso. 8.2 Principais expoentes e obras da literatura de expressão em Língua Portuguesa dos séculos XIX e XX. 8.3 Principais obras do cânone ocidental dos séculos XIX e XX. 8.4 Semântica do texto. 9 Retórica e teoria da argumentação. 10 Atualidades brasileira e mundial.

ÁREA 18 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS e DEFESA NACIONAL: I RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 1 Direito Internacional Público: concepções novas e antigas, características, os sujeitos de direito internacional público, terminologia, desenvolvimento histórico e doutrinário, fontes principais e acessórias e fundamentos. 1.1 Relação do Direito Internacional Público com as demais disciplinas jurídicas. 1.2 O Direito Internacional Público e a ordem constitucional brasileira. 2 Sujeitos de direito internacional. 2.1 Estados. 2.1.1 Elementos constitutivos: território, população e governo. 2.1.2

Imunidade à jurisdição estatal. 2.1.3 Nacionalidade: brasileiros natos e naturalizados. 2.1.4 Estrangeiros: condição jurídica (Lei n.º 6.815, de 1980). 2.1.4.1 Deportação. 2.1.4.2 Expulsão. 2.1.4.3 Extradicação. 2.1.4.4 Refúgio (Lei n.º 9.474, de 1997) e asilo político. 2.2 Organizações internacionais. 2.2.1 Teoria geral. 2.2.2 Conceito e classificação. 2.2.3 Constituição. 2.2.4 Personalidade jurídica. 2.3 Responsabilidade internacional. 2.3.1 Conceito e fundamento. 2.3.2 Elementos constitutivos. 2.3.3 Conseqüências. 2.3.4 Proteção diplomática. 3 Organizações internacionais: personalidade jurídica, classificação, competência, estrutura e perfil histórico. 3.1 A ONU e a OEA. 3.2 A solução pacífica de controvérsias: meios diplomáticos e políticos. 3.3 A solução judiciária: a Corte de Haia e seu estatuto. 3.4 As sanções no Direito Internacional Público. 4 Fontes do direito internacional. 4.1 Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. 4.1.1 Tratado internacional (Convenção de Viena de 1969). 4.1.1.1 Conceito e classificação. 4.1.1.2 Celebração (competência negocial). 4.1.1.3 Entrada em vigor. 4.1.1.4 Incorporação ao direito interno (Brasil). 4.1.1.4.1 Hierarquia do tratado incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro. 4.1.1.5 Tratado em vigor e sua extinção. 4.2 Costume internacional. 4.3 Princípios gerais do direito. 4.4 Meios auxiliares – doutrina e jurisprudência. 4.5 Outras fontes – atos unilaterais e decisões de organizações internacionais. 5 Direito internacional e direitos humanos: noções gerais. 5.1 Sistema interamericano de proteção. 5.2 Conflito de leis no espaço. 5.1 Elementos de conexão. 5.2 Fontes brasileiras de direito internacional privado. 5.3 Direito processual civil internacional: princípios gerais, aplicação do direito estrangeiro, competência internacional, litispendência, fraude à lei, ordem pública e direito adquirido. 5.4 Carta rogatória. 5.5 Homologação de sentença estrangeira. 5.6 Cooperação judiciária internacional. 6 A guerra: noções, gênese, classificação, as leis da guerra, as hostilidades, estado de beligerância, estado de guerra sem declaração formal. 6.1 A declaração de guerra e seus efeitos. 6.2 A guerra terrestre, marítima, aérea e espacial. 6.3 A guerra nuclear. 6.4 A guerra química. 6.5 A terminação da guerra: modos, efeitos, a questão do julgamento dos criminosos de guerra, as reparações. 6.6 Relações entre beligerantes. 6.7 Neutralidade: noções, aspecto histórico, definição e características, espécies, restrições ao comércio neutral, deveres e direitos dos neutros, neutralidade terrestre, marítima e aérea. 6.8 Segurança coletiva: noções. 6.9 A interdição ao recurso à força. 6.10 A intervenção e a segurança coletiva; doutrinas. 6.11 Os princípios da não-intervenção e da autodeterminação. 6.12 A assistência recíproca. 6.13 Organizações militares de defesa. 6.14 Sistemas de segurança e legítima defesa coletiva no âmbito da ONU e da OEA. 6.15 Proibição do emprego de meios químicos e bacteriológicos. 6.16 Proscrição de experiências com artefatos nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água. 6.17 Desarmamento e a não proliferação das armas nucleares. 6.18 Proscrição de armas nucleares na América Latina. 6.19 A posição do Brasil em relação ao TNP. 7 O homem nas relações internacionais. 7.1 História e doutrina. 7.2 Proteção e inviolabilidade da pessoa humana e as cortes internacionais de direitos humanos. 7.3 O Direito Internacional humanitário: declaração universal dos direitos do homem e a Convenção Americana. 7.4 O asilo diplomático e territorial: conceitos, características e evolução histórica. 7.5 Princípios da nacionalidade. 7.6 A apatridia. 7.7 O deslocamento da pessoa humana. 7.8 O fenômeno migratório. 7.9 Situação jurídica do estrangeiro: história, direitos e limitações dos estrangeiros. 7.10 Refugiados: proteção internacional, estatuto. 7.11 Regime jurídico do estrangeiro no Brasil. 7.12 Entrada, extradicação e expulsão. 7.13 Asilo. 7.14 Emigração e imigração. 7.15 A nacionalidade no direito brasileiro. 7.16 Cidadania e naturalização. 7.17 O regime jurídico especial entre brasileiros e portugueses. 8 O território: domínio terrestre, composição, extensão e limites, demarcação. 8.1 Formação histórica do território brasileiro. 8.2 As questões de limites e os princípios aplicados. 8.3 Domínio fluvial: rios nacionais e internacionais. 8.4 Aproveitamento dos recursos hídricos e pesqueiros e para navegação. 8.5 Domínio marítimo: condição jurídicas do mar. 8.6 Mar territorial, zona contígua, plataforma continental, as grandes profundidades, mares internos, estreitos e canais marítimos, golfos, baías, portos e estuários, vias internacionais de comunicação. 8.7 O alto-mar. 8.8 A pesca e a conservação dos recursos vivos do alto-mar. 8.9 Pesquisa científica marinha. 8.10 A exploração dos recursos minerais ou petrolíferos. 8.11 A posição do Brasil em relação ao novo Direito do Mar. 8.12 Corpos celestes. 8.13 Regiões polares. 8.14 Tratado da Antártida. 8.15 A presença brasileira no continente antártico. 8.16 O Direito Internacional do meio ambiente. 8.17 As organizações internacionais e a poluição. 9 As obrigações ou compromissos internacionais. 9.1 O ato jurídico internacional: histórico, definição, classificação, terminologia, natureza. 9.2 O direito dos tratados após a Convenção de Havana de 1928. 9.3 O direito dos tratados após a Convenção de 1969. 9.4 O tratado internacional: natureza jurídica, espécies, negociação e conclusão, processos de elaboração, interpretação, efeitos, terminação dos tratados. 9.5 A revisão dos tratados. 9.6

Aplicação dos tratados no tempo: o princípio da irretroatividade. 9.7 A regra fundamental *pact nunt servanda*. 9.8 O princípio da boa-fé no direito dos tratados. 9.9 Forma, validade e efeitos jurídicos das reservas no tratado internacional. 9.10 O problema das ratificações imperfeitas. 9.11 As teorias da repercussão dos tratados sobre Estados não-contratantes. 9.12 Suspensão e extinção do tratado internacional. 9.13 Efeitos do estado de guerra e da alteração fundamental das circunstâncias sobre a vigência dos tratados (teoria da cláusula *rebus sic stantibus*). 9.14 Particularidade dos tratados institucionais e das convenções celebradas no âmbito das organizações internacionais. 9.15 A capacidade contratual autônoma dos organismos coletivos dotados de personalidade jurídica de direito internacional. 9.16 O Poder Executivo e o Congresso Nacional no processo de elaboração do tratado internacional. 9.17 A outorga legislativa: doutrina e evolução histórica. 9.18 Acordos externos de interesse dos Estados-Membros, do Distrito Federal e dos Municípios. 9.19 A obrigatoriedade dos tratados e normas internacionais na ordem jurídica nacional. 9.20 Conflito entre disposições convencionais e disposições legislativas internas. 10 Balanço de pagamentos: conceito, estrutura e o caso brasileiro. 10.1 Transações correntes. 10.2 Política comercial – a balança de mercadorias – tarifas, quotas, restrições quantitativas e subsídios às importações brasileiras. 10.3 Política de incentivo às exportações brasileiras. 10.4 A balança de serviços no Brasil: os principais itens e suas características. 10.5 Déficit estrutural. 10.6 O hiato de recursos e as economias subdesenvolvidas. 10.7 A conta de capital. 10.8 A captação de recursos estrangeiros diretos pelo Brasil: modalidades e conseqüências. 10.9 O capital estrangeiro na economia brasileira. 10.10 A captação de empréstimos e financiamentos. 10.10.1 Fontes, mecanismos internos de captação. 10.11 O endividamento externo brasileiro: origens, causas e conseqüências, indicadores, coeficientes de análise, parâmetros e evolução recente, limites, alternativas atuais, estratégias para negociação, moratória e conversão da dívida em investimento. 10.12 As negociações brasileiras com o Fundo Monetário Internacional e as negociações com os bancos particulares. 11 Relações econômicas internacionais. 11.1 Instituições financeiras internacionais: GATT, EEC, UNCTAD, ALADI. 11.2 O protecionismo internacional: mecanismos, barreiras não-tarifárias e os países subdesenvolvidos. 11.3 Instituições financeiras e entidades vinculadas aos financiamentos a nível internacional: BID, BIRD, BIS, Clube de Paris. 11.4 O FMI: origens, funções, instrumentos de atuação. 11.5 Características gerais dos programas de ajustamento econômico do Fundo: impacto e eficácia sobre os problemas das economias subdesenvolvidas. II DEFESA NACIONAL. 1 Segurança e defesa interna. 1.1 A doutrina e o direito da segurança nacional. 1.2 Medidas de defesa do Estado e das instituições democráticas. 1.3 Estado de defesa e estado de sítio. 1.4 Intervenção federal nos estados. 1.5 Segurança pública e seus órgãos institucionais. 1.6 Polícia federal, marítima, aérea e de fronteiras, rodoviária, ferroviária e portuária. 1.7 Polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar do Distrito Federal. 2 Segurança e defesa externa. 2.1 Defesa territorial, aeroespacial, marítima. 2.2 Questões de fronteiras e limites do território nacional. 2.3 Espaço aéreo e marítimo. 2.4 Assuntos referentes às Forças Armadas e Auxiliares, destacadamente: administração pública militar, em seus aspectos institucionais, organizacionais e funcionais. 2.5 Organização judiciária militar: Ministério Público Militar. 3 Direito militar e legislação de defesa nacional. 3.1 Direito marítimo, aeronáutico e espacial. 3.2 Serviço militar e prestação civil alternativa. 3.3 Estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação. 3.4 Direito de guerra e neutralidade. 3.5 Declaração de guerra, condições de armistício e de paz. 3.6 Litígios internacionais, neutralidade em face de conflitos internacionais e intervenção em países estrangeiros. 3.7 Envio de tropas brasileiras para o exterior. 3.8 Presença de tropas estrangeiras no território nacional. 4 Assuntos referentes à faixa de fronteira e às áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional. 4.1 Estabelecimento, controle ou exploração de centros de pesquisa e desenvolvimento e de indústrias que interessem à defesa do País. 4.2 Produção e comercialização de material bélico. 4.3 Requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. 4.4 Acordos e organismos internacionais de cooperação e assistência em assuntos militares.

ÁREA 19 - SAÚDE: 1 Transição demográfica e epidemiológica. 1.1 Evolução histórica do perfil demográfico e nosológico da população brasileira. 1.2 Perfil demográfico atual da população brasileira. 1.2.1 Os resultados do Censo de 2000. 1.2.2 Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica – fertilidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida ao nascer. 1.3 Perfil nosológico atual da população brasileira. 1.3.1 Principais indicadores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral, mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade, indicadores de oferta de serviços de saúde. 1.4 Principais causas de óbito. 1.5 Doenças, condições de saúde e danos à saúde de interesse sanitário no

momento atual. 1.6 Importância do processo migratório para a saúde. 1.6.1 A saúde das novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia. 1.6.2 A saúde nas periferias das grandes metrópoles. 2 A Saúde no contexto da Seguridade Social. 2.1 O capítulo II da Constituição Federal: Da Seguridade Social. 2.2 O Título VIII da Constituição Federal: Da Ordem Social. 2.3 Crítica à implosão do sistema de seguridade social e suas repercussões para o financiamento do setor saúde. 2.4 A Emenda Constitucional n.º 29 de 2000 e o financiamento do setor saúde. 3 Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). 3.1 A Lei Orgânica da Saúde – Lei n.º 8.080, de 1990. 3.2 Lei n.º 8.142, de 1990. 3.3 As normas operacionais básicas de 1993 e 1996 e o processo de descentralização. 3.4 Instâncias de deliberação e pactuação. 3.5 A Norma Operacional da Assistência à Saúde de 2001. 3.6 Participação comunitária e controle social. 3.7 Conselhos e conferências de saúde. 4 Saúde complementar. 4.1 O mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução. 4.2 Planos e seguros privados de saúde e sua regulamentação. 4.3 A Lei n.º 9.656, de 1998, e a Medida Provisória n.º 2.097, de 2001. 5 Assistência farmacêutica e política de medicamentos. 5.1 O setor farmacêutico e o mercado de medicamentos no Brasil: evolução histórica. 5.2 Lei de Patentes. 5.3 O acesso ao medicamento e a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde. 5.4 Medicamentos genéricos. 6 Controle de doenças. 6.1 A situação de controle, as tendências epidemiológicas das principais doenças de interesse sanitário na atualidade nacional e o estado da arte das respectivas tecnologias de controle – doenças cardiovasculares, câncer, outras doenças crônico-degenerativas (hipertensão arterial, diabetes, obesidade, doenças mentais), doenças infecciosas (malária, febre amarela, dengue, tuberculose, AIDS, hepatite), trauma, acidentes e causas externas, as doenças redutíveis por imunização. 6.2 Saneamento: controle de vetores de interesse sanitário e controle da poluição. 6.3 Vigilância epidemiológica e sistemas de informação (SIM, Sinan, Sinac, Data-SUS). 7 Vigilância Sanitária. 7.1 O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: estrutura, funcionamento e competências. 7.2 Decreto-lei n.º 986 de 1969. 7.3 Lei n.º 5.991, de 1973. 7.4 Lei n.º 6.360, de 1976. 7.5 Lei n.º 6.437, de 1977. 7.6 Lei n.º 9.782, de 1999. 7.7 Lei n.º 6.360, de 1999. 7.8 Medida Provisória n.º 2.134, de 2001. 8 Política nacional de sangue. 8.1 Lei n.º 10.205, de 2001. 8.2 Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados. 8.3 Abastecimento de sangue e hemoderivados. 9 Medicina do trabalho. 9.1 Acidentes de trabalho. 9.2 Doenças profissionais. 9.3 LER/Dort. 9.4 Capítulo V da CLT: Da Segurança e da Medicina do Trabalho. 10 Drogas. 10.1 Uso de drogas como problema de saúde pública. 10.2 Situação, tendências e estratégias de controle. 10.3 A Lei de Entorpecentes e sua revisão. 10.4 Tabaquismo e alcoolismo. 10.5 A regulamentação da publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas e medicamentos. 10.6 Lei n.º 9.294, de 1996. 10.7 Lei n.º 10.167, de 2000. 10.8 Importância epidemiológica do uso injetável de drogas e projetos de redução de danos. 11 Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. 11.1 Saúde da criança. 11.2 Assistência e humanização do parto. 11.3 Aleitamento materno. 11.4 Programa de Redução da Mortalidade Infantil. 11.5 Gravidez na adolescência. 11.6 Saúde da mulher. 11.7 Saúde do idoso. 11.8 Saúde das populações indígenas. 11.9 Saúde das populações em assentamentos e acampamentos rurais. 11.10 Saúde das populações em situação de rua. 12 Saúde oral. 12.1 Fluoretação da água de abastecimento público e prevenção da cárie. 12.2 Situação do controle e estado da arte da tecnologia de controle dos principais problemas atuais de saúde bucal no país. 12.3 Indicadores epidemiológicos de saúde bucal. 12.4 CPOD. 12.5 Organização da assistência odontológica. 13 Recursos humanos para a saúde. 13.1 Principais problemas atuais do ensino médico e da formação de profissionais de saúde. 13.2 O mercado de trabalho em saúde. 13.3 Agentes comunitários de saúde: perfil, formação, situação funcional e trabalhista. 13.4 Regulamentação de profissões de saúde. 14 Bioética. 14.1 Lei n.º 9.434, de 1997 sobre a doação e transplantes de órgãos. 14.2 Eutanásia. 14.3 Reprodução assistida e clonagem. 14.4 Lei n.º 9.263, de 1996 sobre o planejamento familiar. 14.5 Abortamento provocado. 15 Racionalidades médicas. 15.1 A prática e a regulamentação da homeopatia, da acupuntura e de outras racionalidades médicas não-hegemônicas. 15.2 Ato médico. 15.3 Fiscalização do exercício profissional e papel dos conselhos de fiscalização e ética. 16 O usuário de serviços e produtos de saúde como consumidor. 16.1 Código de Defesa do Consumidor. 16.2 Os direitos do paciente. 17 Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios.

ÁREA 20 - SISTEMAS POLÍTICOS E DIREITOS DA CIDADANIA: 1 Sistemas políticos. 1.1 Poder e dominação. 1.1.1 Teorias da democracia. 1.1.2 Representação política. 1.2 Sistemas de governo e separação de poderes: eleições, partidos e grupos de pressão. 1.3 Poder Legislativo. 1.4 Doutrinas Políticas. 2 Política Brasileira. 2.1 Sistemas partidários. 2.2 Modos de representação. 2.3 Legislação

eleitoral. 2.4 Reformas políticas. 2.5 Regimes políticos. 3 Desigualdade social e exclusão. 3.1 Estrutura e organização sociais. 3.2 Grupos sociais, estratificação social, classes sociais, integração, conflito e controle social. 3.3 Desigualdade, pobreza e exclusão sociais. 3.4 Violência urbana. 3.5 Ação coletiva e novos atores sociais. 3.6 Movimentos sociais: participação, mobilidade social e mudança social. 3.7 Políticas sociais. 3.7.1 Políticas de inclusão social. 3.7.2 Redes de proteção social. 3.7.3 Assistência social. 4 Direitos da cidadania. 4.1 Evolução histórica e classificação contemporânea do conceito de direitos humanos. 4.1.1 Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. 4.1.2 Direito à solidariedade, ao meio ambiente equilibrado direito, ao desenvolvimento, à paz e à vida livre de violência. 4.1.3 Direitos sexuais e reprodutivos. 4.2 Documentos básicos de promoção e proteção dos direitos humanos. 4.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos. 4.2.2 Pactos e convenções internacionais. 4.2.3 Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. 4.2.4 Convenção Americana e respectivos protocolos adicionais. 4.2.5 Convenções interamericanas. 4.2.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 4.2.7 Programa Nacional de Direitos Humanos. 4.3 Estrutura, funcionamento e perspectivas do sistema de proteção dos direitos humanos. 4.3.1 Alto comissariado da ONU, mecanismos convencionais e extraconvencionais. 4.3.2 Corte Internacional de Justiça. 4.3.3 Comissão e Corte Interamericanas. 4.3.4 Secretaria Nacional e Comissão da Câmara dos Deputados. 4.3.5 Papel das organizações não-governamentais. 4.4 Direitos humanos, democracia e soberania. 4.4.1 Incorporação das normas internacionais. 4.4.2 Diversidade cultural. 4.4.3 Relativização dos direitos. 4.4.4 Estado de guerra, de sítio e de emergência. 4.4.5 Intervenção internacional. 4.4.6 Intervenção humanitária. 4.5 Do sujeito universal à diversidade dos sujeitos dos direitos humanos: mulheres, estrangeiros, refugiados, indígenas, pessoas deslocadas internamente, trabalhadores migrantes, negros, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência, portadores do vírus HIV, dependentes químicos, presidiários e necessitados de acesso à justiça. Incorporação da perspectiva de gênero. 4.6 Direitos das pessoas pertencentes a segmentos vulneráveis. 4.6.1 Conceito de minorias. 4.6.2 Igualdade na diversidade. 4.6.3 Discriminação, genocídio, xenofobia, racismo, limpeza étnica e outras formas de intolerância. 4.6.4 Desculturação, assimilação e preservação cultural. 4.6.5 Ação afirmativa. 4.6.6 Educação para os direitos humanos. 4.7 Evolução histórica da proteção aos direitos da infância e da adolescência. 4.7.1 Do paradigma da situação irregular ao paradigma da proteção integral. 4.7.2 Regras de Beijin, Diretrizes de Riad e regras mínimas das Nações Unidas para proteção dos jovens privados de liberdade. 4.7.3 Inimputabilidade penal. 4.7.4 Estatuto da Criança e do Adolescente. 4.7.5 Adoção nacional e internacional. 4.7.6 Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e legislação correlata. Política Nacional do Idoso e legislação correlata. 4.7.7 Lei n.º 9.100, de 1995. 4.7.8 Lei n.º 9.263, de 1996.

ÁREA 21 - TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO: 1 O transporte na estrutura governamental. 2 Competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. 3 Papel do Estado e participação da iniciativa privada no setor de transportes. 3.1 Economia de Regulação. 3.2 Conceito e concessão de serviços públicos. 3.3 Licitação competitiva. 3.4 Avaliação de desempenho de concessões de serviços públicos. 3.5 Tarifas e precificação competitiva aplicada às concessões de serviços públicos. 3.6 Agências reguladoras. 3.7 Privatização. 4 Legislação de transportes e de serviços públicos concedidos. 4.1 A constituição federal e os transportes urbanos. 4.2 Legislação federal referente aos transportes urbanos. 4.3 Legislação de concessão de serviços públicos (Leis n.º 8.987, de 1995, n.º 9.074, de 1995, e n.º 9.648, de 1998). 5 Direitos do consumidor. 5.1 Defesa de concorrência. 5.2 O contrato de transporte. 5.3 Responsabilidade civil do transportador. 6 Mecanismos de financiamento. 6.1 Fundos específicos e vinculação de recursos. 6.2 Políticas e modelos tarifários. 6.3 Pedágio. 6.4 *Project finance* aplicado ao financiamento da infra-estrutura de transportes. 7 Reestruturação do setor. 7.1 Agências reguladoras. 7.2 Modelos de exploração da infra-estrutura e dos serviços de transportes. 7.3 Privatização. 8 Sistema nacional de viação. 8.1 Subsistemas modais: rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário. 8.2 Segmentos de carga e passageiros. 8.3 Componentes físicos: infra-estrutura viária, terminais e instalações complementares. 8.4 Características operacionais. 8.5 Principais corredores de transporte. 8.6 Repartição modal. 8.7 Multimodalidade. 8.8 Aspectos tecnológicos dos sistemas de transportes: veículos, equipamentos de sinalização e controle, automação de procedimentos. 9 Interfaces: transporte e energia. 9.1 Transporte e meio ambiente. 9.2 Transporte e política urbana e regional. 10 Sistema Nacional de Trânsito. 10.1 Órgãos intervenientes e suas vinculações, funções e competências. 10.2 Código de trânsito brasileiro e normas complementares. 10.3 Aspectos tecnológicos do controle e da segurança do trânsito.

11 Política urbana. 11.1 Elementos de direito urbanístico. 11.2 Função social da propriedade. 11.3 Plano diretor de desenvolvimento urbano. 11.4 Instrumentos de política e gestão urbana. 11.5 Desapropriação e servidão. 11.6 Conceito de solo criado. 11.7 Operações urbanas. 11.8 Políticas de habitação, saneamento e transporte urbano. 11.9 Mecanismos de financiamento. 11.10 Competência dos entes federativos. 11.11 Lei n.º 10.257, de 2001.

CARGO: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

I DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA: 1 O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. 2 Princípios orçamentários. 3 Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. 4 Despesa pública: conceito, classificações, estágios. 5 Orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. 6 O ciclo orçamentário ampliado. 6.1 PPA, LDO e LOA. 6.2 Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. 6.3 Planejamento na Constituição vigente. 6.4 Integração planejamento-orçamento. 7 Plano Plurianual. 7.1 Caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. 7.2 O PPA 2000-2003. 8 A Lei de Diretrizes Orçamentárias. 8.1 Caracterização, conteúdo e prazos. 9 Lei de Responsabilidade Fiscal. 10 A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. 11 Elaboração das leis de matéria orçamentária. 11.1 Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração financeira. 11.2 Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. 11.3 Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. 11.4 SIDOR. 12 O processo orçamentário no Poder Legislativo. 12.1 Discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. 12.2 O papel do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Planos. 12.3 Orçamentos públicos e fiscalização do Congresso Nacional. 12.4 Resolução do Congresso Nacional n.º 01 de 2001. 13 Execução orçamentária e financeira. 13.1 SIAFI. 13.2 Disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. 13.3 Créditos adicionais. 13.4 O caráter autorizativo do orçamento. 14 Controle e avaliação da execução orçamentária. 14.1 O sistema de controle interno. 14.2 O controle externo e o papel do Tribunal de Contas da União. 14.3 Exame de contas. 14.4 O papel do Congresso Nacional. 14.5 Auditoria operacional e avaliação de programas. 15 Legislação relativa às matérias elencadas. **II ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO:** 1 Evolução do papel do Estado. 1.1 As funções alocativa, distributiva e estabilizadora. 1.2 Conceito de bens públicos e semipúblicos e o seu financiamento. 1.3 A função do Estado na economia moderna. 2 O financiamento do gasto público no Brasil. 2.1 Estrutura e competências constitucionais no Sistema Tributário Nacional. 2.2 As fontes de financiamento da seguridade social. 2.3 Conceito de carga tributária bruta e sua evolução. 2.4 Financiamento público por meio da emissão de dívida pública e emissão de moeda: limites e conseqüências do endividamento. 2.5 A noção do imposto inflacionário. 2.6 O resultado do BACEN. 2.7 O relacionamento entre o BACEN e o Tesouro Nacional. 2.8 A remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional. 2.9 Federalismo fiscal: os mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas. 3 Princípios e incidências do ônus tributário. 3.1 Princípios econômicos da neutralidade e equidade. 3.2 As idéias de benefício recebido e de capacidade de pagamento (equidades vertical e horizontal). 3.3 Princípios constitucionais tributários: limitações do poder de tributar, tributos diretos e indiretos; incidência formal e incidência efetiva. 3.4 Os conceitos de elasticidade, preço da demanda e da oferta de bens e serviços e o mecanismo de transferência de tributos. 4 Principais formas de tributação. 4.1 A tributação progressiva da renda. 4.2 O conceito de elasticidade-renda do imposto de renda. 4.3 A tributação sobre o valor adicionado. 4.4 Os critérios do produto, do consumo e da neutralidade. 4.5 A tributação do patrimônio e suas finalidades de financiar o gasto público e de executar políticas sociais e econômicas. 4.6 Tributos diretos e indiretos. 4.7 Progressividade e regressividade. 5 Política fiscal. 5.1 O efeito multiplicador de curto-prazo, na demanda agregada, dos gastos do governo e da tributação – como função da renda – em um modelo Keynesiano fechado. 5.2 O teorema do orçamento equilibrado. 5.3 A tributação progressiva da renda como instrumento automático de estabilização. 5.4 O Estado brasileiro e a formação bruta de capital fixo: inversão direta e por meio de empresas estatais e justificativas teóricas passadas para a intervenção do Estado e perspectivas recentes. 6 Política monetária. 6.1 Oferta e demanda de moeda. 6.2 Razões para retenção da moeda. 6.3 O mecanismo de criação e destruição da moeda. 6.4 A base monetária. 6.5 O multiplicador dos meios de pagamentos. 6.6 Mecanismo de controle da oferta monetária. 6.7 O equilíbrio de curto-prazo do mercado monetário e o papel da taxa de juros. 6.8 As funções do BACEN e do CMN. 6.9 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. 6.10 Composição dos principais agregados monetários no Brasil. 7 Políticas fiscal e monetária. 7.1 O equilíbrio geral envolvendo os mercados de bens e monetário

e as eficácias das políticas fiscal e monetária. 8 Dívida do setor público no Brasil. 8.1 Dívida interna e dívida externa. 8.2 Composição da dívida por esfera de governo. 8.3 Conceito de dívida líquida. 8.4 A relação da dívida com o déficit público. 8.5 A relação da dívida com o déficit público e com a entrada de capitais no país. 8.6 As dificuldades do governo em alongar o perfil de vencimento da dívida. 9 Medição do resultado do setor público. 9.1 Os critérios acima da linha e abaixo da linha. 9.2 As necessidades de financiamento do setor público (NFSP). 9.3 Composição por esfera de governo em anos recentes. 9.4 Os conceitos de resultado primário, resultado operacional e resultado nominal – como proporção do PIB. 9.5 Os conceitos de carga tributária líquida e de resultado corrente do setor público. 10 A avaliação do gasto público. 10.1 Noções da análise custo-benefício: justificativas e limitações. 10.2 O conceito de externalidade. 10.3 O conceito de custo de oportunidade dos fatores e a idéia de preço-sombra. 10.4 Distinção entre as avaliações social e privada de projetos. 10.5 Indicadores para seleção de projetos: métodos do *payback*, do valor presente, da taxa interna de retorno e da relação custo-benefício. III CONTABILIDADE PÚBLICA: 1 Conceito, objeto e regime. 2 Campo de aplicação. 3 Receitas e despesas públicas orçamentárias e extra-orçamentárias: interferências passivas e mutações ativas. 4 Particularidades da contabilidade pública no Brasil. 5 Concepção tradicional dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. 6 Plano de contas da Administração Pública Federal. 6.1 Conceito, estrutura e contas do ativo, passivo, receita, despesa, resultado e compensação. 6.2 Elenco de contas. 6.3 Sistemática de eventos. 6.4 Abertura de créditos disponíveis. 6.5 Descentralização de créditos. 6.6 Utilização de créditos. 6.7 Execução do cronograma de desembolso. 6.8 Suprimento de fundos. 6.9 Pagamento de pessoal. 7 Sistemática dos eventos. 8 Registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas – sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. 9 Inventário: material permanente e de consumo. 10 Balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações de acordo com a Lei n.º 4.320, de 1964. 11 Patrimônio público: atos e fatos, insubsistências e superveniências e escrituração. 12 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). 13 Auditoria no setor público: princípios, normas técnicas, procedimentos, avaliação de controles internos, papéis de trabalho, relatórios e pareceres.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ANEXO I

Endereços das agências da CAIXA onde serão recebidas as inscrições ao concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas nos cargos de Consultor Legislativo e de Consultor de Orçamentos.

| UF | CIDADE | AGÊNCIA | ENDEREÇO |
|----|----------------|----------------------------|---|
| DF | Brasília | Bernardo Sayão | CRS 504, bloco A, lojas 64/65, Asa Sul |
| DF | Brasília | José Seabra | SEPN 509, conjunto C, Asa Norte |
| DF | Brasília | Taguatinga | C 3, lote 10, Taguatinga |
| DF | Brasília | Dom Bosco | SEPN 513, lotes 4/5, lojas 6/10 |
| DF | Brasília | UnB | <i>Campus</i> Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (minhocão), Ala Sul, Asa Sul |
| MG | Belo Horizonte | Savassi | Avenida Cristóvão Colombo, n.º 373, Funcionários |
| MG | Belo Horizonte | Tupinambás | Rua Tupinambás, n.º 462, Centro |
| MG | Belo Horizonte | Século | Rua Carijós, n.º 218, Centro |
| PA | Belém | Círio | Avenida Presidente Vargas, n.º 744, Comércio |
| PA | Belém | Ver-O-Peso | Avenida Presidente Vargas, n.º 121, Comercial |
| PA | Belém | Batista Campos | Travessa Padre Eutíquio, n.º 2021, Batista Campos |
| PE | Recife | Cais do Apolo | Cais do Apolo, n.º 421, Recife |
| PE | Recife | Avenida Agamenon Magalhães | Avenida Agamenon Magalhães, n.º 2997, Boa Vista |
| RJ | Rio de Janeiro | Botafogo | Rua Voluntários da Pátria, n.º 216, Botafogo |
| RJ | Rio de Janeiro | Copacabana | Avenida Nossa Senhora Copacabana, n.º 861, Copacabana |
| RJ | Rio de Janeiro | Guanabara | Avenida Rio Branco, n.º 39, Centro |
| RJ | Rio de Janeiro | Almirante Tamandaré | Praça Barão de Ladário, s/n.º, Centro |
| RJ | Rio de Janeiro | Avenida Chile | Avenida Chile, n.º 230, Térreo, Centro |
| RJ | Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | Avenida Rio Branco, n.º 125, Centro |
| RS | Porto Alegre | Otávio Rocha | Avenida Otávio Rocha, n.º 270, Centro |
| RS | Porto Alegre | Rua da Praia | Rua dos Andradas, n.º 1507, Centro |
| RS | Porto Alegre | Praça da Alfândega | Rua dos Andradas, n.º 1000, Centro |
| SP | São Paulo | Avenida Paulista | Avenida Paulista, n.º 1842, Cerqueira César |
| SP | São Paulo | Bela Vista | Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, n.º 900, Bela Vista |
| SP | São Paulo | Brooklin | Rua Barão do Triunfo, n.º 491, Brooklin |
| SP | São Paulo | Granja Julieta | Rua Santo Amaro, n.º 7237, Granja Julieta |

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

| | |
|-------------------|-------------------------------|
| NOME DO CANDIDATO | SEXO |
| | () Masculino () Feminino |

| DOCUMENTO DE IDENTIDADE | | | | |
|-------------------------|--------|----|--------------------|-----|
| TIPO | NÚMERO | UF | DATA DE NASCIMENTO | CPF |
| () Civil | | | | |
| () Militar | | | | |

| ENDEREÇO | | |
|---|--------|----------|
| RUA, AVENIDA, PRAÇA, NÚMERO, APARTAMENTO etc. | | |
| BAIRRO | CIDADE | UF |
| | | |
| CEP | DDD | TELEFONE |
| | | |

| CARGO/ÁREA |
|------------|
| |

| |
|---|
| <p align="center">LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS Ver subitem 1.3 deste edital.</p> |
|---|

| PORTADOR DE DEFICIÊNCIA |
|--|
| Deseja concorrer como candidato portador de deficiência? () Sim |
| Que tipo de deficiência? _____ |
| Especifique claramente os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.). |
| _____ |

Solicito ao CESPE minha inscrição no concurso público destinado ao provimento de vagas nos cargos de Consultor Legislativo e de Consultor de Orçamentos, de acordo com os dados acima informados.

Declaro conhecer os requisitos exigidos para a inscrição, para a nomeação e para a posse, bem como concordar, plenamente, com todos os termos do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31 de outubro de 2001, que regulamenta o concurso público.

_____, _____ de _____ de 2001.

Assinatura

ANEXO III

Modelo de formulário para a interposição de recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, contra o resultado provisório das provas discursivas e da avaliação de títulos.

SENADO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
CONSULTOR LEGISLATIVO E DE CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

Código para uso do CESPE

CAPA DE RECURSO

SOLICITAÇÃO

À Comissão Organizadora.

Como candidato ao cargo de _____, solicito revisão:

dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, questão(ões)/item(ns) _____
conforme especificações inclusas.

contra o resultado provisório das provas discursivas

contra o resultado provisório da avaliação de títulos

_____, ____ de _____ de 2001.

Assinatura do Candidato

Nome: _____

Número de inscrição: _____

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- Entregar três conjuntos idênticos de recursos (original e duas cópias), sendo que cada conjunto deverá ter todos os recursos e apenas uma capa.
- Datilografar ou digitar o recurso de acordo com as especificações estabelecidas neste edital.
- Usar formulário de recurso individual para cada questão/item.
- Identificar-se apenas na capa de cada um dos três conjuntos.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.

SENADO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
CONSULTOR LEGISLATIVO E DE CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

Código para uso do CESPE

FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO

| | | |
|-----|--|---|
| [] | CONTRA GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS | Número da questão: _____ Item: _____ Gabarito do CESPE: _____ Resposta do candidato: _____ |
| [] | CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO DAS PROVAS DISCURSIVAS | |
| [] | CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS | |

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO
(Se necessário, use o verso.)